

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE - CONSEMA

Aos dois do mês de junho de dois mil realizou-se a Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no auditório do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Claudio Orlando Liberman**, Representante titular do IBAMA; **Sr. Marco Antônio Simon**, Representante titular da ASEPAN; **Sr. Augusto Schrank**, Representante titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Flavio Lewgoy**, Representante titular da AGAPAN; **Sr. Leonardo Beroldt**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante titular da Instituição Universitária Privada; **Sr. Jorge Konrad Pinheiro**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Ebersson José Thiming Silveira**, Representante da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Alexandre Bugin** e **Sr. Ricardo Litwinski Siffert**, Representantes, titular e suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Maurício Vieira de Souza**, Representante Suplente do CLEPEI; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante da Secretário de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sr. Carla Maria Pires Rangel**, Representante titular da FIERGS; **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior**, Representante titular do DRNR; **Cap. Gleí Porciúncula Neis**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Francisco Fuchs**, Representante da FARSUL; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo do Conselho; **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone**, Secretário do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA. Participaram também, Sr. Gustavo de Moraes Trindade, Assessoria Jurídica da SEMA; Sra. Nely Blauter, Núcleo Amigos da Terra/Brasil, Sr. Sérgio Cardene, Comitê Gravataí, Sr. Alci Luiz Romanini, Prefeito de Marau, Sr. João Ângelo Lermen, FAMURS, João Roberto Meira, Fundação Zoobotânica;, Sr. Valtemir B. Goldmeier, FAMURS/CONDIMMA, Sr. Volnei Z. Júnior, DRH/SEMA. Após a assinatura do Livro de Presenças, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos: nesse instante temos consolidado o “quorum”. Estamos realizando esta reunião, em meio a Semana do Meio Ambiente, em função da importância do “Código Estadual de Meio Ambiente”, face a complexidade do assunto e a necessidade que este Conselho se posicione. Aproveito para divulgar a Programação da Semana Estadual de Meio Ambiente, que iniciou na última terça-feira e os eventos que se estendem até o dia 12 de junho. No próximo domingo, no Jardim Botânico, teremos um dia inteiro de atividades, com oficinas educativas voltadas à crianças e adolescentes e um concerto de comemoração do Dia Mundial de Meio Ambiente, com a apresentação de Vitor Ramil e orquestra da Unisinos, a partir das 15 horas no Jardim Botânico. Convido a todos para prestigiar, amanhã pela manhã, no Iate Clube Guaíba do “velejaço”, onde teremos de 60 a 80 barcos que vão navegar até o Parque Estadual de Itapoã. No parque acontecerá, no domingo, um mutirão de limpeza feito em conjunto com os velejadores e a comunidade. As programações da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, na sua maior parte, estarão voltadas para o interior do Estado. Essa montagem de calendário foi feita de maneira a propiciar que houvesse uma complementação entre as atividades, de uma não-concorrência entre as atividades municipais, que estão sendo promovidas por várias cidades. A Pontifícia Universidade Católica promove, de segunda a quinta, a “Ambiental 2000”, que é um grande evento na área de meio ambiente, que também tem o nosso apoio, a nossa participação. Será aberta com a Conferência do Governador Olívio Dutra, às 19h da próxima segunda-feira. Hoje à tarde, às 18h30min teremos a inauguração da nova sede da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí e também o ato de promulgação do Código Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, para o qual estão todos convidados. Na próxima segunda-feira, complementarmente ao concerto do domingo, teremos às 16h30min a comemoração dos dez anos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Comunicações: o Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, informa substituição do seu representante, passando a ser a Engenheira Marta Marchiori Dias. A FAMURS comunica que Alci Luiz Romanini, Prefeito de Marau, passa a representar a FAMURS junto ao CONSEMA, como titular, em substituição a Júlio César Pannembecker, processo já encaminhado à Casa Civil para nomeação e publicação. O Sr. Carlos Jacques Castro, da Secretaria de Ciência e Tecnologia comunica a impossibilidade de comparecimento nesta reunião por motivos de saúde. Publicações de atos no Diário Oficial do Estado: nomeação dos novos representantes do SINDIÁGUA e do Centro de Biotecnologia da UFRGS; publicação no Diário Oficial da Moção do CONSEMA sobre Código Florestal e da Resolução do CONSEMA sobre queimadas; e também os senhores receberam cópias da publicação da Resolução do CONSEMA sobre queimadas, nos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Foi publicada a criação da Câmara Técnica de Política Florestal, deliberada na última reunião deste Conselho. As resoluções do Conselho referente a Código Florestal Federal e Queimadas foram encaminhadas para todos os Deputados Estaduais, líderes de Bancadas no Congresso Nacional e Bancada Gaúcha. O Núcleo Amigos da Terra comunicando a impossibilidade de suas representantes participarem desta reunião, comunicando que estarão representadas pela Sra. Nely Blauter. O IBAMA comunica indicação do servidor Cláudio Liberman, como titular e Denise Maria Mazzocco, como suplente, junto ao Conselho. Passamos a apreciação e aprovação das atas da 24ª Reunião Ordinária e 16ª Reunião Extraordinária do CONSEMA. Em

60 apreciação a Ata da 24ª Reunião Ordinária. **Sr. Flávio Lewgoy:** tenho algumas correções. Na **linha 1006:** “A
61 possibilidade de essas correntes gasosas estarem ou não contaminadas por mercúrio e tempo bastante para o
62 sistema de produção e tratamento de gás natural na boca dos poços”, o certo é: *“Há possibilidade de essas
63 correntes gasosas estarem ou não contaminadas por mercúrio e há tempo bastante para verificar isso no
64 sistema de produção e tratamento do gás natural na boca dos poços”*. Na **linha 1010:** “Existem toxinas na
65 região do pólo petroquímico”. Na verdade é: *“Existem dioxinas na região do pólo petroquímico”*. **Sr. Mário
66 Buede Teixeira:** Na **Linha 365** está: “a necessidade de treinamento” e é “há necessidade de treinamento. E na
67 **linha 816,** em vez da palavra “forma” é *“órgão”*. **Sr. Presidente:** registrado e acolhido. **Sr. Marco Antônio
68 Simon:** como a minha cópia não estão aparecendo legíveis os números, é na Folha 09, 16ª linha de baixo para
69 cima, diz “Se a Câmara entender que não”, é: *“se o CONSEMA entender que não”*. Na **folha 12,** não “é caso do
70 PRONAP”, e sim *“é caso do PRONAF”*. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** na **linha 77,** aparece com “dois
71 representantes da GM” e me parece que quem se reporta aqui é com relação a “AGM”. Na **linha 94,** “a FEPAM
72 já vinha desenvolvendo um processo de centralização”, devendo ser *“um processo de descentralização”*. Na
73 **linha 156,** aparece “Fátima” com ‘i’, fica *“Fátma”*. Na **Linha 98,** *“Resolução do CONAMA 237”*. Não havendo
74 mais observações e, considerando acolhidas todas as proposições modificativas, podemos considerar **aprovada a
75 Ata da 24ª Reunião Ordinária.** Passamos a apreciação da Ata da 16ª Reunião Extraordinária do CONSEMA.
76 **Prof. Mário Buede Teixeira:** **linha 236,** em vez de “flanco ambiental”, é *“plano ambiental”*. **Sr. Marco
77 Antônio Simon:** na **linha 80** está como “AMBEF”, e é “ANDEF”. Na **linha 119,** “a gente não pode”, é *“pôde”*.
78 Na **linha 171/172,** tem um “g” no FAMURGS” a mais, é *“FAMURS”*. Na **linha 612,** onde “ce” é *“se”*. **Prof.
79 Flavio Lewgoy:** na **linha 612** está “se qualquer maneira” é *“de qualquer maneira”*. Na **linha 611** está “acho que
80 é uma questão de lógico” e é *“acho que é uma questão de lógica”*. Na **linha 654.** “Ainda acho que vale à pena”,
81 fica *“Ainda acho que vale a pena”*. Na **linha 667** “até o momento extrapolam” fica *“até o momento extrapola
82 as 20 palavras”*. E na **linha 698** está “gastos 500 reais com papel, com xérox, com coisas assim”, fica *“gastos de
83 500 reais com papel, com xerox”*. **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** na **linha 15** “representantes Titular e
84 *Suplente* da FIERGS”. Considerada **aprovada a Ata da 16ª Reunião Extraordinária.** Passamos a única
85 matéria do dia que é a discussão sobre o Código Estadual de Meio Ambiente. Na última reunião deliberamos pela
86 formação de um Grupo de Trabalho, de quatorze membros que, conjuntamente com a Assembléia Legislativa
87 conduziria um processo de atualização da proposta do Código Estadual de Meio Ambiente, em função do
88 indicativo do Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente no sentido de proceder a votação do Projeto de
89 Lei que estabelece o Código durante a Semana do Meio Ambiente. Ficamos com o indicativo de uma reunião no
90 dia 26 e, naquele momento, o Grupo de Trabalho avaliou que não se teria um grau de conclusão suficiente para
91 fazermos uma reunião mais resolutiva do Conselho sobre esse assunto, o que motivou, a convocação desta
92 reunião. Aconteceram várias reuniões neste período, com o acompanhamento de muitos membros do Conselho, e
93 nós convidamos, para a reunião de hoje, não só os representantes do nosso Grupo de Trabalho, que são membros
94 do Conselho, mas também a representação da Assembléia Legislativa por meio do Dr. Moesch, que deve chegar
95 nos próximos minutos. Então, em primeiro lugar, seria necessária uma atualização das informações sobre até
96 onde avançou o trabalho do Grupo do Conselho com as bancadas e a representação da Comissão da Assembléia
97 Legislativa, de maneira que tivéssemos todos condições de apreciar e opinar sobre este importante assunto.
98 Passaria, de imediato, a um relato apresentado pelo Dr. Gustavo, Assessor Jurídico da SEMA, que poderá ser
99 complementado por outros membros do Grupo de Trabalho, se assim julgarem necessário. Quero aproveitar para
100 uma informar que desde a semana passada temos um logotipo oficial da Secretaria Estadual do Meio Ambiente,
101 que está impresso nos materiais de divulgação, doado por uma empresa de design de Porto Alegre, que
102 voluntariamente apresentou e trabalhou em cima de uma proposta que pudesse simbolizar os elementos que
103 marcam a criação dessa nova Secretaria. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** boa-tarde. Gostaria de dar um
104 relato de como chegamos nessa discussão que está-se dando na Assembléia Legislativa a respeito do projeto de
105 Código Estadual de Meio Ambiente. Como todos sabemos, há cerca de um mês atrás houve o desejo de alguns
106 Deputados da Assembléia, e chegou a ser incluída na Ordem do Dia, a votação do Código Estadual de Meio
107 Ambiente. A partir de algumas negociações, principalmente com o Presidente da Comissão de Saúde de Meio
108 Ambiente, Dep. Eliseu Santos, numa reunião onde participaram alguns representantes desse CONSEMA, o
109 Presidente, Secretário Langone, o Prof. Flavio Lewgoy, e outros Conselheiros, a partir de uma negociação
110 conseguiu-se um prazo até a Semana do Meio Ambiente para que se pudesse adequar o projeto de Código que
111 havia sido finalizado, para que se pudesse fazer uma adequação tanto de questões legais e algumas questões de
112 mérito conceituais que se entendesse a necessidade de sua adequação. A partir disso e a partir da deliberação da
113 última reunião do CONSEMA ficou estabelecido um Grupo de Trabalho composto por vários representantes
114 desse Conselho, cerca de quatorze, quinze entidades que manifestaram desejo de participar em conjunto com a
115 Assembléia Legislativa da revisão do projeto de Código Estadual de Meio Ambiente. A partir da última reunião
116 do CONSEMA se retirou algumas datas, onde iriam se desenvolver discussões junto à Assembléia Legislativa.
117 Há aproximadamente um mês atrás, todas as segundas-feiras às 15h e às quintas-feiras às 9h pela manhã,
118 começou-se a discussão e busca de atualização desse projeto de Código Estadual de Meio Ambiente.

119 Participaram, efetivamente, desse processo junto à Assembléia Legislativa, a FIERGS, AGAPAN, FAMURS,
120 CEA, SEMA e Secretaria de Coordenação e Planejamento e DRNR. Essas reuniões tiveram, como um primeiro
121 momento, a metodologia que envolvia a discussão e busca de adequação desse projeto de Código, ou seja, por ter
122 sido finalizado, esse anteprojeto em 97, existia uma série de Leis posteriores, havendo a necessidade de sua
123 adequação, exemplo, Resolução 237, Lei dos Crimes Ambientais, Lei que trata do parcelamento do solo urbano.
124 Esse trabalho era coordenado, junto com o CONSEMA, pelo assessor Alberto Moesch que coordena esse
125 trabalho também. A partir disso começou-se a discussão de alguns aspectos na questão de legalidade e esse
126 trabalho não está concluído Há uma série de reuniões sendo agendadas. Segunda-feira temos o dia inteiro de
127 trabalho para tentar adequar esse Código. Na terça-feira haverá reunião ordinária desse Grupo às 9h. Não houve
128 uma reunião do Grupo para deliberar sobre o assunto, é necessário algum prazo para discutir esse Código.
129 Conseguiu-se avançar mas o trabalho não está finalizado, devendo haver uma sistematização, pois há o desejo do
130 Dep. Eliseu Santos, o desejo da Comissão de Saúde e Meio Ambiente em votar isso na próxima quarta-feira.
131 Seria necessário um pouco mais de tempo, para existir uma certa segurança do que está sendo votado, que
132 possibilite ao CONSEMA analisar o corpo do projeto de legislação ambiental. Que exista uma manifestação do
133 CONSEMA em cima de algum documento que possa dar conhecimento a todas as entidades, aqui representadas,
134 de qual o teor do projeto que está sendo apreciado na Assembléia Legislativa. Gostaria, que as outras entidades,
135 como FIERGS, AGAPAN, Brigada Militar, DRNR, CEA se manifestassem a respeito da discussão que do
136 projeto de Código. **Sr. Flavio Lewgoy:** estamos fazendo realmente um trabalho muito apressado, e gostaríamos
137 de poder complementá-lo em mais reuniões, mas o Dr. Gustavo disse e expressou o fato, estamos com um prazo
138 meio limitado, da revisão ou atualização do Código, pois quando ele foi acabado e submetido à Assembléia
139 Legislativa era tido como avançado demais. Posteriormente se verificou, já em 1999, que as Leis Federais tinham
140 avançado além do que nós propúnhamos. Não vamos concluir em uma semana, como é necessário, vai depender
141 de mais negociações com o Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Faço um apelo a V.Exa., que
142 interfira, pessoalmente, tentando um entendimento com o Dep. Eliseu Santos, que foi bastante categórico não
143 dando mais do que vinte e um dias para fazer a reunião do Código. **Sr. Glei Porciúncula Neis:** não precisa
144 acrescentar muito ao que o professor já colocou, mas em função da etapa que o Estado do Rio Grande do Sul já
145 tem avançado nesta questão ambiental, em função da magnitude que se torna esse Código Estadual de Meio
146 Ambiente e pela importância deste diploma legal, não tenho dúvida que precisa ser melhor debatido com o
147 conjunto das entidades. Não podem ser 250, 300 artigos aprovados ou colocados em apreciação no plenário da
148 Assembléia Legislativa, que sempre tem uma sistematização mais completa, uma análise mais profunda, porque
149 ele vai realmente escudar todas as relações ambientais, em todas as áreas, não só flora, como fauna, recursos
150 minerais. É uma questão que tem que ser melhor trabalhada. E comungo da idéia do Gustavo de que precisa se
151 fazer alguma coisa para dar mais um prazo para o trabalho e sistematização, dessa que pode ser uma bela hora
152 para o Estado do Rio Grande do Sul. **Sr. Presidente:** registramos a chegada do Dr. Moesch em nossa reunião.
153 Fizemos uma explanação inicial, Dr. Moesch. Está sendo complementada agora por membros do Grupo de
154 Trabalho, foi uma explanação inicial do Dr. Gustavo, e aguardávamos a sua chegada para que também houvesse
155 um relato do acúmulo dos trabalhos nesse último período apresentado por parte da Assembléia Legislativa.
156 Então, sem prejuízo da continuidade dos relatos dos demais membros do Grupo de Trabalho, sugeriria pela
157 posição de coordenação do processo, em conjunto conosco, na Assembléia Legislativa, que nós ouvíssemos o Dr.
158 Moesch. **Sr. Alberto Moesch:** boa-tarde a todos. Estão indo bem os trabalhos, várias pessoas estão participando,
159 claro que não é fácil, mas está sendo mais fácil do que se imaginava. Até alguns artigos polêmicos estamos
160 conseguindo um consenso. O mais difícil vai ser, e até tinha colocado ao Gustavo, uma coisa que tinha esquecido
161 de falar, é que dentro do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, ou tu fazes emenda do projeto original,
162 ou não faz, ou seja, nós não podemos fazer um Substitutivo porque no Substitutivo não se pode fazer emenda.
163 Então, aquilo que nós estamos fazendo, cada artigo alterado, cada inciso, deve ter uma emenda específica. Por
164 isso seria importante nós alterarmos o que, realmente precisa ser alterado e depois, no andamento da execução do
165 Código, pode-se, aos poucos, melhorando. O problema vai ser, justamente, esse, no Plenário, na elaboração das
166 emendas e o processo de votação no Plenário, porque de cada alteração cabe uma emenda. Mas, na parte em si
167 do texto, acho que está indo bem, a idéia é fazer uma reunião segunda-feira, e talvez, ainda, na terça, pela manhã,
168 para na terça a tarde fazer as emendas. Já foi definido o principal que é o licenciamento ambiental e as infrações
169 e penalidades. Continua a polêmica do art. 165, que é o que trata das Queimadas, e o próprio art. 131 talvez
170 consigamos um artigo de consenso, para que não dê margens diferentes para interpretação. O art. 72, a posição
171 da FIERGS é suprimir apenas o parágrafo 2º e com isso nós conseguiríamos um consenso também. O art. 213,
172 que era o outro polêmico, já conseguimos o acordo também, já existe uma redação de consenso, e alguns
173 conceitos, que não são polêmicos também. Não está havendo, ao menos num primeiro momento até agora,
174 maiores problemas no andamento do Código, só, claro um volume muito grande de trabalho. Aliás, estava ainda
175 lá com o André, que é assessor da Comissão de Saúde e Meio Ambiente fazendo os ajustes da reunião de ontem.
176 **Sr. Presidente:** seguimos então com a dinâmica de ouvirmos os membros do Grupo de Trabalho. Após,
177 abriremos para pedidos de esclarecimento sobre o processo e para manifestações de conteúdo sobre o assunto em

178 pauta. **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** nós concordamos com a manifestação do Dr. Moesch, e gostaria só de
179 reforçar a necessidade do Conselho conseguir mais prazo para poder fechar redondo o que a gente está mexendo,
180 pois até quarta-feira é praticamente impossível arredondar todas as alterações e trazer essas alterações para serem
181 referendadas nos fóruns, no próprio CONSEMA, e poder trazer algumas informações, representando identidades.
182 Acharia importante que a gente envidasse esforços para conseguir um prazo maior, e a gente tem que evitar o
183 risco que talvez o Código seja encaminhado para votação e vetado, de alguma forma, que faria com que a gente
184 voltasse a estaca zero. Seria necessário negociar mais prazo para que esse Grupo de Trabalho que está
185 trabalhando com dedicação conseguisse concluir adequadamente o trabalho e finalmente nós possamos ter o
186 nosso Código Estadual de Meio Ambiente aprovados e referendado. **Sr. Marco Antônio Simon:** na última
187 reunião o CONSEMA solicitou ou requereu ao grupo formado que esses pleiteassem, junto à Assembléia
188 Legislativa o maior prazo possível, e gostaria de saber o que foi feito efetivamente nesse sentido. **Sr. Alberto**
189 **Moesch:** a idéia de todos nós, do grupo que está trabalhando, claro que seria um prazo cada vez maior. Eu tinha
190 compromissos importantes terça e quarta que tive que adiar. É um trabalho extra, e todos que estão participando
191 do trabalho acabam sendo prejudicados. O pedido ao Dep. Eliseu Santos tem que ser feito na terça-feira de
192 manhã, mostrando para ele a necessidade, com um argumento muito forte. Agora, qual o prazo que ele vai dar,
193 não sei, e não sei se ele vai dar esse prazo, isso não depende de nós, mas vai ser pedido, com certeza. Acho que
194 há possibilidade até, pois a gente vai poder mostrar o trabalho intenso que foi feito, vários artigos alterados,
195 vamos poder mostrar que vai ser difícil a votação no Plenário, pois vão ter várias emendas, e isso precisa ser
196 melhor conversado com as demais bancadas, mas isso vai ter que ser feito depois da reunião de segunda-feira
197 com o material já pronto e dizendo da necessidade de um prazo um pouco maior. **Sr. Presidente:** um
198 esclarecimento, principalmente, aos que não acompanharam o Grupo de Trabalho, é muito relevante: primeiro,
199 em termos de proporção de que necessitaria ser mudado mais ou menos qual é a avaliação dos que trabalharam
200 sobre o grau de avanço, em termos do volume total de trabalho. E se aquilo, até onde se avançou já está
201 sistematizado de maneira que possa ser melhor informado e coletivizado por todos os avanços que já foram
202 consensuados nesse Grupo de Trabalho que não teve, pelo que recebemos de relato, uma participação na mesma
203 proporção de todos os membros, visto que o grupo era um número bastante elevado de membros. **Sr. Alci Luiz**
204 **Romanini:** gostaria de cumprimentar a todos, e dizer da satisfação de estar aqui podendo acompanhar essa
205 matéria tão importante, e gostaria de trazer presente a palavra do Jackson, que representou a FAMURS aqui, e a
206 palavra dele é justamente nesse sentido: de que se busque um prazo maior para a discussão dessa matéria tão
207 importante, até por que, levando para votação na situação que está, segundo ele, pode até prejudicar daqui a
208 pouco um instrumento que vai dificultar ainda mais a ação. E a propósito disso, ele trás uma sugestão: que pelo
209 menos fosse buscado mais umas três semanas, para que o grupo pudesse continuar trabalhando nessa sistemática
210 adequando melhor a matéria. Particularmente, tomo a liberdade de informar que na segunda-feira tentarei acionar
211 os Presidentes das Associações do Municípios para que nos ajudem, junto ao Presidente da Comissão, para que
212 analise seriamente esta questão, e pelo que estou ouvindo aqui, justamente para buscar esse prazo que
213 precisamos. Essa é a contribuição que quero trazer, e colocar-me à disposição para isso. **Sr. Presidente:**
214 obrigado, Prefeito. Passamos ao esclarecimento do Dr. Gustavo. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:**
215 principalmente no que foi questionado pelo Secretário Langone, sobre ao volume de trabalho e o seu andamento,
216 acho que as maiores modificações já foram feitas por essa Comissão. No entanto, um trabalho importante e não
217 foi realizado ainda, é uma sistematização, um cuidado com o detalhamento final do projeto de Código. Por
218 exemplo, um artigo foi mudado, que repercussão a mudança desse artigo pode trazer em todo o Código. Esse
219 prazo para finalizar as matérias do Código é fundamental e necessário devido, como já foi expressado por outros
220 Conselheiros, da relevância do projeto que está sendo votado, da amplitude da matéria que está sendo discutida
221 naquele Código é muito importante que se tenha uma boa revisão e, depois de findado o Código, se repassasse
222 para alguns pesquisadores, para se fazer uma revisão final para se votar com segurança a matéria. **Sr. Alberto**
223 **Moesch:** concordo com o Gustavo, isso vai depender desse contato com o Dep. Eliseu Santos. Agora, ao se
224 afirmar que se for votado o Código ele vai causar problemas, tem que mostrar onde e como. Aliás, o Código teve
225 problemas até hoje por isso. Não fica bem afirmar que se o Código for aprovado ele vai inviabilizar a produção
226 do Estado, por exemplo. Tem que afirmar qual o parágrafo, quais os artigos para que a gente possa identificar
227 esses problemas e alterar, pois jogar assim no ar não contribui. **Sr. Alci Luiz Romanini:** dá para corrigir a
228 afirmação, se me permite? Justamente no reflexo, já que o trabalho está incompleto, a colocação é no sentido do
229 reflexo das modificações que possam inviabilizar alguma ação, pode ter uma outra conotação a afirmação. **Sr.**
230 **Luiz Felipe Kunz Junior:** queria só corroborar com as afirmações dos participantes do grupo que há
231 necessidade de algum prazo a mais para a definição, para que o Código possa ser atendido no seu global, e
232 verificar as partes modificadas que não vão interferir com outras partes, pois o trabalho está sendo muito intenso,
233 e isso deve ser destacado. Várias entidades têm se empenhado em conseguir uma redação e uma coisa que tem
234 sido louvável, é a tentativa de buscar consensos, e as exposições se moldam ali buscando que se possa chegar a
235 redações consensuais nos artigos e superar problemas, e muitas vezes problemas que durante anos foram
236 discutidos, e com o esforço de consensuar redações nós conseguimos fazer com que essas redações fossem

237 consensuadas. Há algumas sugestões, a própria Fundação Zoobotânica apresentou uma lista de considerações
238 técnicas sobre o Código e nós temos algumas também, que aprimoram o texto, e não são sequer polêmicas, não
239 são passíveis de mudança de orientação política do próprio período do Código mas aprimora o texto e o deixa
240 mais fácil de ser aplicado. E isso talvez não consigamos fazer até terça-feira, e o esforço tem sido grande, se olha
241 todos os capítulos do Código inclusive os que muitas vezes não têm muito a ver com a questão florestal, por
242 exemplo, e verificamos para o ver o impacto deles na questão florestal e abrir impactos em alguns artigos que
243 estavam em disposições transitórias, em outros locais, uso do solo, patrimônio genético, vários locais que havia
244 interferência com a nossa área específica de atuação. Queria colocar também da necessidade de se conseguir
245 junto ao Dep. Eliseu Santos um aumento desse prazo, vai ser útil para que possamos ter um produto de fato que
246 vai ser imprescindível para a atuação do instrumento da política ambiental no Estado, e tentarmos fazer esse
247 esforço, e não diminuimos o ritmo de trabalho, mas tentarmos buscar a possibilidade de, até mostrando o
248 trabalho que foi feito e os resultados, pleitear um prazo maior para que possamos fazer as correções necessárias e
249 me parece que o próprio trabalho de elaboração das emendas, já que são várias pequenas alterações, e é um
250 processo de votação de plenário é de uma complexidade muito grande. A própria elaboração das emendas, a
251 apresentação das emendas, e depois a apreciação dessas emendas em plenário é um processo de grande
252 complexidade. Se pudesse até trabalhar com o próprio Dep. Eliseu Santos, passando o Substitutivo global depois
253 ao projeto, depois de terminado o processo, teremos um ganho digamos para a própria Assembléia Legislativa
254 que ela pode ficar com várias sessões juntando a quantidade de emendas que possam se colocar, se elas
255 trouxerem algum efeito aos deputados, depois de condensado entre nós. **Sr. João Alberto:** inicialmente gostaria
256 de justificar a ausência da Presidência, que estava realmente interessada em participar dessa reunião, mas ela teve
257 uma outra reunião de urgência, e pediu que eu colocasse isso em público. Queria também registrar que de fato a
258 Fundação Zoobotânica, fez um esforço de apresentar sugestões com justificativas e, ao longo desse trabalho,
259 verificou-se vários problemas que seriam não só da ordem legal, e isso é um aspecto que nos ativemos, mas
260 especialmente aos aspectos conceituais. Então, nessa observação, a gente sentiu a necessidade de se fazer uma
261 leitura, e uma vez redefinidos os conceitos, que alguns têm problemas clássicos de conceituação, teria que ser
262 feito um estudo de rebater o texto e aceita essa nova conceituação, comungada esta mesma conceituação, se
263 debater o texto de fio-a-pavio para que a mesma definição seja usada de diferentes maneiras, que, obviamente, dá
264 margem a outras interpretações. Por fim, sintetizo que algumas sugestões nossas avançam, e aqui é específico,
265 existem outras, mas a um ponto de se unificar procedimentos, como fauna e flora, que foram encaminhamentos
266 separados para fauna e flora, e de fato eles podem, em muitos aspectos, serem semelhantes, então, terem ativos
267 semelhantes. Mas isso não foi feito por falta de tempo, e com problemas, não conseguimos aprofundar, e
268 entendemos que isso seria uma grande vantagem para o Código. E por fim, concludo, a questão do patrimônio
269 arqueológico para antológico. Em nosso entendimento são bens que têm características completamente
270 diferentes. E o mesmo seriam se desmembrados para que, mais adequadamente, fossem tratados. **Sr. Maurício**
271 **Vieira de Souza:** não sou especialista neste campo, então me desculpem alguma coisa que falar possa soar de
272 uma maneira agressiva. Mas, parece que a gente está aqui quase como refém das próprias boas idéias e boas
273 intenções com relação a proteção ambiental. Porque se a gente está identificando que a Fundação Zoobotânica
274 trás uma preocupação, o DRNR também expressou, e de um modo geral, todo mundo está sentindo que o tempo
275 está contrário a nós, gostaria de deixar registrado então a minha preocupação, inclusive com o próprio
276 funcionamento do Código, no sentido de que, por que tanto poder, e tão concentrado, na decisão? Então, tinha
277 uma única pessoa que possa influir sobre todo um patrimônio, que não é dela, não é meu, é de todo mundo, por
278 não ser adiado uma votação, e é uma competição mais filosófica, sei disso, e tem gente que acha que só a
279 legalidade sozinha pode suprir nossos problemas. E é evidente que não pode, mas a gente está-se deixando
280 amarrado, e de repente para uma coisa que não estou concordando, daí precisa do Código e precisa ele ser
281 arrumado, e é a questão que falo, pois independente de se ter isso ou não, o meio ambiente já está aí, e vai
282 persistir depois da nossa passagem mais ou menos organizada como sociedade. Gostaria, por ordem prática,
283 como a gente participa na seleção das emendas? Gostaria que o Moesch falasse isso para mim, orientar nesse
284 sentido. **Sr. Presidente:** vamos recolher alguns questionamentos à Mesa, e depois respondemos globalmente. **Sr.**
285 **Antenor Pacheco Netto:** já que está todo mundo se sentindo, de certa maneira, refém do Dep. Eliseu Santos, a
286 própria Assembléia Legislativa me parece está sentindo refém, e todas as bancadas lá representadas sentiam a
287 necessidade de abrir um maior aprofundamento, um maior debate e encontrar a adequação desse Código
288 Ambiental. E gostaria de dar uma recomendação, talvez aqui, para a gente discutir, que além da Comissão, do
289 Conselho de Meio Ambiente, que as instituições que compõem esse Conselho, elas também trabalhassem, como
290 o Prefeito colocou, politicamente no sentido de convencer o Dep. Eliseu Santos da importância dele dar mais
291 tempo para que seja melhor trabalhado e mais aprofundado. E outra questão que gostaria de colocar, enfim, para
292 a gente poder discutir, o Maurício colocou, e todos nós, de uma certa maneira, se sentindo sob pressão de um
293 Deputado, e gostaria de fazer uma pergunta ao Alberto, que conhece bem o funcionamento da Assembléia
294 Legislativa, que é a própria origem desse processo do projeto de lei, que me parece que esse Código Ambiental
295 ele tem um vício de origem, que ele nasceu dentro da própria Assembléia Legislativa e me parece que esse tipo

296 de projeto teria que ser enviado pelo Palácio Piratini, e quero, em cima dessa questão, com todos nós discutindo,
297 reféns do Dep. Eliseu Santos e para a gente também discutir essa questão, pois de repente nós podemos trabalhar
298 com essa questão, e se isso é verdadeiro, esse projeto teria que vir do Palácio Piratini, e só quero colocar isso
299 como elemento de convencimento dos deputados de que o Governo concordando, e mandar este para plenário da
300 maneira como está o próprio Governo, de barrar esse processo. Queria colocar isso como uma questão
301 estratégica para a gente encaminhar esta questão, e não estou criando uma questão em discussão para
302 viabilizarmos o próprio Código que está dentro da Assembléia Legislativa. **Sr. Alberto Moesch:** gostaria de
303 informar que o IBAMA também acompanha o pensamento de todos os Conselheiros, que neste sentido está
304 encaminhando um ofício ao Dep. Eliseu Santos que se conceda um prazo bem maior para discussão do Código.
305 **Sr. Mário Buede Teixeira:** pergunta a respeito dos desdobramentos, uma vez aprovados, o Código, com relação
306 à legislação ambiental, já existente, e o Código vai poder substituir todo o contexto legal, ambiental existente,
307 como é que se comporta esta legislação, e me parece muito importante isso. **Sr. Alberto Moesch:** com relação as
308 instituições que participaram, no caso, as citadas aqui, Fundação Zoobotânica, DRNR, IBAMA, etc, o que está
309 no Código partiu também dessas instituições de consenso e, é importante que os técnicos que ajudaram a elaborar
310 este Código sejam ouvidos. O Código levou dois anos e meio para ser elaborado e depois a revisão em 97, mais
311 quatro meses, e sempre procurou reunir todos os técnicos, de todas as instituições para sugerir os capítulos.
312 Então, se está no Código é porque partiu das próprias instituições que vocês estão representando hoje. Com
313 relação ao tempo, etc, justamente por não ter sido feito até agora uma colocação política mais rígida em favor do
314 Código, e o Dep. Eliseu Santos está fazendo, e não tenho nada a ver com o Dep. Eliseu Santos, não sou assessor
315 dele, não assessoro a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, há cinco anos, justamente quando ele entrou eu sai.
316 Finalmente nós conseguimos uma posição política do código, pela primeira vez. O Conselho Estadual do Meio
317 Ambiente, que deveria ser o grande defensor do Código, e está sendo, porque está elaborando, deve-se somar,
318 não digo ao prazo exíguo, mas é essa rigidez política em favor do Código, porque como sempre foi colocado em
319 votação o Código nos anos anteriores, mas nunca houve essa rigidez, sempre houve a retirada de pauta do
320 Código, todos os anos. Em 95 ele foi apresentado, dezembro de 94, depois 95, 96, 97, 98, 99, todos os anos. E aí
321 se retirava. E o que acontecia? Chegava lá uma instituição, como fez agora, esse ano também, depois da reunião
322 na semana legislativa, pedindo para os deputados, seus representantes que retirasse o Código de pauta, e sendo
323 líder da bancada respectiva, e aí se tirava o Código de pauta. Agora, aconteceu a mesma coisa numa instituição,
324 num seguimento, foram dois deputados para retirar o Código de pauta, para procrastinar, está há vários anos sem
325 Código, e aí chegou o líder, e não dá, agora há um acordo para votar o Código. E essa é a grande notícia que
326 temos nesses anos todos, e não podíamos ter uma notícia melhor do que essa. Finalmente, não há como fazer um
327 lobby para retirar o Código de pauta, é a grande notícia, agora, cabe a nós, vocês do Conselho, e os técnicos, as
328 pessoas que realmente acham importante avançarmos na questão ambiental pois o Código preenche várias
329 lagunas, pois se temos muitas leis ambientais no Estado, temos muita coisa ruim, aí também, e muitas coisas
330 atrasadas, e muitas lacunas a serem preenchidas, que o Código ao menos procura, e algumas delas sanar. Então,
331 ele é importante, pena que não foi votada em 94. As alterações viriam depois, é fácil tu alterares uma lei se tu
332 provar que precisa ser alterada, e isso é normal, tu fazes projetos de lei alternando uma lei. Coloco isso pois
333 temos que nos somar, e devemos tentar aumentar o prazo, nós vamos fazer isso, já houve até esse compromisso,
334 já na reunião passada, e tínhamos que daí mostrar todo um trabalho feito, porque parou, só em 97 coube uma
335 revisão, houve esse lobby todo posterior e se parou, não se trabalhou mais. Então, agora existe um trabalho que
336 nós podemos mostrar, que precisamos de um fôlego, mas estou colocando isso porque essa posição política é
337 também favorável para quem realmente quer avançar na questão ambiental, e temos que ter isso em mente
338 também, ter sempre uma visão técnica, mas também política. E o grande problema é que muitas vezes os
339 políticos não têm uma visão técnica, que deveriam ter, e muitas vezes os técnicos não têm uma visão política que
340 deveria ter, e acho que a gente tem que tentar convergir isso. O Código procurou sempre, como já existia uma
341 legislação ambiental recente, e os trabalhos foram feitos em conjunto, e isso foi explicado bem da outra vez, o
342 Código ele foi trabalhado junto com a elaboração da Lei n° 10.330, que institui esse Conselho, e junto com a
343 criação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, foi junto, tanto que quem estava laborando a Lei dos
344 Recursos Hídricos, ajudou a elaborar o Código, o Código Florestal também foi uma no anterior, quem elaborou o
345 Código Florestal ajudou a fazer o Código para que o Código sempre respeitasse o que já estava estabelecido e
346 que nós achávamos que era bom, ou seja, quem elaborou essas leis, Código Florestal, Sistema de Recursos
347 Hídricos. Gestão de resíduos sólidos, etc, procurou-se preservar e incluir alguma coisa no Código para que o
348 Código fizesse uma referência e para que facilitasse a consulta do Código. Pode ver que justamente nos capítulos
349 mais enxutos são aqueles onde já existe uma lei que prevê aquele disciplinamento. E os Capítulos maiores são
350 justamente onde não existe uma legislação estadual falando daquilo. Houve um cuidado e continua um cuidado
351 para o Código não alterar, como não altera os dispositivos da legislação estadual mais recente. **Sr. Gustavo de**
352 **Moraes Trindade:** só para complementar a pergunta do Prof. Mário. Se o fiscal buscar o conceito de Código,
353 que foi o primeiro que tinha-se, foi o Código de Napoleão, lá em 1784, o qual unificou toda a legislação civil.
354 Após a Revolução Francesa, o que a gente chama de Código, efetivamente baseado naquele conceito mais

355 clássico, não é um código”, pois tem a explicação e tem o conceito original da junção de toda a matéria que
356 trataria daquele assunto. A gente tem o que está chamando de Código e ele busca, princípios gerais, de toda a
357 matéria ambiental e disposto numa legislação única, ou seja, trata da questão de licenciamento ambiental, da
358 fauna, flora, de minerais, numa série de questões de princípios gerais incorporado nessa Lei. Outra legislação no
359 Estado a respeito do assunto, seja o Código Florestal, seja a Lei de Resíduos Sólidos, vai continuar tendo
360 vigência. O Código vai orientar os aspectos gerais de todas essas matérias. Uma coisa que é fundamental, temos
361 que tratar uma Lei, também na sua matéria política, mas tem que pensar na sua tecnicidade, pois na questão
362 técnica é que ela vai ser aplicada, e a partir de detalhes técnicos que devemos ter cuidado para a aplicação de
363 uma legislação. Alguns aspectos técnicos, uma análise mais definitiva para a gente votar e ter uma segurança, que
364 estamos trazendo uma legislação, que sem dúvida nenhuma vai ser boa, mas a gente tem que pensá-la na
365 totalidade para que ela não traga nenhuma possibilidade de um retrocesso no que a gente já possui. **Sr. Mário**
366 **Buede Teixeira:** nós temos no Brasil a CLT, que é a Consolidação das Leis Trabalhistas, e que o arranjo foi de
367 aproveitar, justamente, toda uma legislação existente e consolidar. O Código não vai substituir a legislação, ele
368 vai se somar à legislação existente. Uma Consolidação não teria interesse, então, no nosso caso. **Sr. Marco**
369 **Antônio Simon:** o meu questionamento seria no sentido de que qual é o grau hoje, em termos de números,
370 quantidade e qualidade, das emendas que estão entrando ou já entraram por parte da própria Assembléia
371 Legislativa. Quero levantar esse aspecto pois o grupo do CONSEMA, faz uma análise de artigo por artigo, faz
372 uma proposta de alteração, e na Assembléia Legislativa, novamente, tem um retrocesso. Então, vejo a
373 necessidade de nós aproximarmos dessas duas possibilidades, para que haja uma visualização do contexto final,
374 pois qual é a possibilidade de riqueza disso? Chegar na Assembléia Legislativa redondinho, aprovamos ou não
375 aprovamos, e isso teria que ser a própria visualização no sentido de que seria um grande ganho para toda a
376 sociedade gaúcha. Eu não estou conseguindo visualizar, principalmente o que pode estar acontecendo em nível
377 de Assembléia Legislativa. Ao mesmo tempo que está-se avançando de um lado, pode tornar-se perigoso de
378 outro. Acho que tem que estar acontecendo as duas coisas, e talvez essa seja a grande indicação que se deva ter.
379 Tentar conversar com o Dep. Eliseu Santos na segunda-feira, de que tem realmente um Grupo de Trabalho que
380 está procurando ser promissor e breve e, não é a postergar “ad infinitum”, mas mostrar que tem grupo realmente
381 interessado e trabalhando para que seja sistematizado o mais breve possível, mas preocupado, acima de tudo,
382 com a qualificação desse trabalho. **Sr. Alberto Moesch:** o Código não é uma Consolidação, ele até tem o nome
383 de Código e aí já foi tema de discussão na época de feitura, em 94, quando da revisão, em 97. A idéia é nós
384 concluirmos, depois do Código, e isso está na justificativa de que a Assembléia Legislativa deveria partir depois,
385 com um novo trabalho de consolidação da legislação. Na época foi o que se quis, e todos gostariam disso, mas
386 não podemos perder a chance de ter em Lei alguns dispositivos do Código que são de fundamental importância, e
387 não esperar uma consolidação para ter essa legislação do que está no Código. A própria Constituição do Estado
388 complica, ela fala de vários dispositivos ambientais que poderia ser um só, fala em Código Florestal, que não é
389 um Código Florestal, é uma Lei Florestal. Nós temos o Código de Uso e Manejo do Solo Agrícola”, e não é um
390 Código, é uma Lei de Uso e Manejo do Solo Agrícola, e o Código a mesma coisa, ele não é realmente um
391 Código, ele tem, na realidade, o “status” um pouco maior, e aí vem algumas questões processuais do Regimento
392 Interno da Assembléia Legislativa. Mas a idéia é, depois do Código, fazer uma consolidação, e está até nas
393 justificativas isso, para então analisar o que tem de bom, o que tem de atual e se fazer então essa consolidação.
394 Não podemos perder essa chance de colocar em prática vários dispositivos que ainda temos que o Código supre.
395 Com relação ao vício, o próprio Secretário pode responder isso. Primeiro houve o acerto entre o Governo e a
396 Assembléia naquela reunião de quarta-feira, que era o que precisava, e isso também facilitou e muito o trabalho
397 que estamos fazendo. Óbvio que, se não houvesse o acordo do Governo não se poderia estar trabalhando. Mas há
398 esse acerto público, e o problema maior seria também se o Código tivesse vários vícios de origem. Até agora
399 achamos dois, e nem tão grave. Se houver o veto, ele nem vai comprometer o Código, mas não há problemas de
400 vício de origem. Algumas matérias é que são de iniciativa exclusiva do Governador. O Código não fala de
401 alterações de órgãos, sempre fala em órgão ambiental competente, ele não fala em questões orçamentárias, com
402 exceção de dois artigos que vimos, mas de forma geral, e não teria esse problema, o máximo, mesmo se tivesse,
403 há o acerto, já há o acordo com o Governo que supriria isso também. Então, não vejo problemas de vício de
404 origem. **Sr. Marco Antônio Simon:** só questioneei a questão da própria demanda que foi criada, e isso já está até
405 sistematizado ou não, como nós teríamos acesso para poder compará-los. **Sr. Gleí Porciúncula Neis:** quero
406 invocar justamente nesse sentido, não participei desta reunião, não tive nem conhecimento, mas nessa reunião,
407 até onde está comprometido o Estado, o Executivo, para avaliar as emendas que surgirem a partir de então? **Sr.**
408 **Alberto Moesch:** algumas coisas posso responder, pois são várias alterações, e elas estão no winchester da
409 Comissão da Saúde e Meio Ambiente. Tem os dois textos: o atual e o que está sendo alterado. Como é que ficaria
410 com as emendas, mas ele não vai ser apresentado como tal, pois não se vai poder chegar em plenário com o texto
411 alterado, tem que ter uma emenda: “Altera-se a redação do art. 132, que passará a ter a seguinte redação”.
412 “Suprime-se o artigo tal”. E está na Assembléia Legislativa como ficaria se aprovada as emendas. A idéia é nós
413 acordarmos, tentarmos o consenso do maior número possível de artigos, e não conseguimos, até agora, o

414 consenso de um só, que é o das queimadas, e até o art. 131 a gente talvez consiga um consenso com uma nova
415 redação. O art. 213 já conseguimos, e quem vai-se comprometer pelas emendas? Se houver consenso, espero que
416 todas as bancadas, e depois se ver com o Governo alguma coisa. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** para
417 complementar o que foi perguntado pelo Conselheiro Marco. O grupo desse trabalho já deve ter feito de 50 a 60
418 emendas que envolvam desde pequenas modificações de conceito a agregação de uma palavra ou uma
419 modificação. Mas isso também não impede a preocupação que teve, ao que parece, o conselheiro Marco, no que
420 diz respeito as emendas de plenário, realizada pelos deputados na hora da votação. Outra possibilidade que
421 existe, e a gente tem que ter cuidado na votação, não de se confundir as emendas que foram retiradas dessa
422 Comissão que está discutindo, daquelas emendas apresentadas singularmente pelo Deputado. Na questão do veto,
423 a gente discutiu na Assembléia Legislativa e, principalmente no que diz respeito ao vício de origem, por uma
424 postura que tem tido o Governo do Estado em vetar qualquer matéria que tiver vício de origem. Deve existir
425 alguma manifestação por uma questão de coerência, ou seja, não é porque é um processo de Código Estadual de
426 Meio Ambiente que vai –se isentar de afirmar alguns vícios de origem, mas que não têm relevância no processo.
427 **Sr. Alberto Moesch:** com relação às emendas, nós fomos bem claros na reunião da Assembléia Legislativa,
428 quando houve o acerto, que deveria haver transparência nas emendas, que não houvesse uma emenda de surpresa.
429 E estou preocupado com isso, até porque, algumas assessorias participam de reuniões, mas não participam de
430 outras, às vezes não gostam de algum acordo, e tem que haver esse trabalho com os líderes de bancada, porque,
431 no estágio atual do projeto, só pode haver emenda de líder de bancada, não é qualquer Deputado que pode fazer,
432 nem o Dep. Eliseu Santos pode fazer emenda, ele não é líder de bancada. Pode haver emenda até da Comissão, aí
433 sim, ela é autora, então, é mais fácil fazer emendas de líderes. E tanto com relação a pedir mais prazo para os
434 trabalhos como para não haver emendas de consenso, é importante que haja essa manifestação do Conselho para
435 ampliação do prazo e com os líderes para não haver emendas de surpresa. **Sr. Flavio Lewgoy:** queria perguntar
436 ao Dr. Moesch, apelando para a memória dele, e me recordo aquela reunião na Comissão de Saúde e Meio
437 Ambiente, presidida pelo Dep. Eliseu Santos, quando ele disse, com muita clareza, que tinha havido uma reunião
438 de líderes, da qual ele tinha participado, uma vez que ele não é líder, mas como Presidente da Comissão de Saúde
439 e Meio Ambiente, expondo a situação, pois o Livro do Fórum do Meio Ambiente, que ele precisava de uma
440 solução. E eles chegaram a um consenso. E dariam um prazo para que fossem feitas as alterações necessárias e
441 depois, transformadas em emendas ou não, esses Deputados se absteriam de intervir num trabalho e se
442 limitariam, na reunião final de pauta, com as emendas, e o que será apreciado não será o Código, serão as
443 emendas apenas, o Código depois. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** tem que ser votada cada uma daquelas
444 alterações, e o Código, será votado em bloco, incorporando as emendas. **Sr. Flavio Lewgoy:** é como imaginava:
445 eles poderão não aprovar uma ou duas emendas, e isso não quer dizer que o Código pode não seja colocado em
446 pauta e votado. Então, temos a oportunidade de finalmente, depois de seis anos, ver o Código aprovado. **Sr.**
447 **Alexandre Bugin:** só queria um esclarecimento, pois essa primeira reunião, onde houve o acordo dos líderes as
448 emendas estavam presentes. Então, as emendas sendo apresentadas pelos líderes, parece que eles já fizeram o
449 acordo de que o trabalho desse grupo será respeitado, entre aspas. Em relação a questão da fala do Alberto, de
450 cada instituição enviar a sua argumentação em termos de processo, acharia, para evitar que uma instituição peça
451 seis meses, a outra peça um ano, a outra peça um mês, uma semana, que o CONSEMA definisse um prazo que
452 seria viável, até porque dentro desse espírito que o Prof. Lewgoy colocou, para que não seja retirado de pauta,
453 seja um prazo que todas as instituições solicitassem esse prazo. **Sr. Presidente:** em primeiro lugar, gostaria de
454 reafirmar a posição do Governo, temos uma posição clara, interessa ao Governo a aprovação do Código. E temos
455 uma oportunidade ímpar, e é uma boa exceção no encaminhamento de matérias desse tipo. Um acordo sobre a
456 tramitação de uma matéria de tal complexidade que, pela primeira vez, de maneira muito explícita configura o
457 interesse do Executivo e do Legislativo no sentido da aprovação do Código. Um Código Estadual de Meio
458 Ambiente para um Estado é um avanço positivo, e achamos que esse é um momento, que se não houve a
459 aprovação do Código, com todas essas conjunções positivas, dificilmente teria uma outra retomada com
460 possibilidade de sucesso. Isso deve ser aproveitado, deve ser saudado por nós. Obviamente e foi esse o sentido
461 da intervenção do Governo, no dia em que iria à votação, em regime de urgência, a proposta original do Código,
462 entendemos que dispendemos um tempo, revelamos uma maturidade muito grande nesse trabalho que está sendo
463 feito. As instituições que estão representadas nesse processo têm visões diferenciadas em relação a questão
464 ambiental, o que não está impedindo o exercício de flexibilização de posições, que é muito precioso, e
465 precisamos reconhecer essa nossa capacidade coletiva. Não fosse um desprendimento de todas as representações
466 dificilmente teríamos conseguido avançar nesse processo que está sendo trabalhado. Então, é muito importante
467 que nós consideremos esse grau de avanço, inclusive o fato de que na reunião da Comissão, em que houve esse
468 acerto, estavam presentes vários líderes, praticamente todos os partidos estavam lá, e houve essa espécie de
469 acordo de líderes na própria Comissão, e esse é um elemento importante, que não nos dá plena segurança, mas
470 nos dá uma certa garantia de que o conjunto das bancadas tenha um compromisso com essa situação. Isso faz
471 com que, a partir deste pacto, nós não tenhamos o encaminhamento das instituições aqui representadas, não
472 tenhamos um encaminhamento de emendas que viessem a desequilibrar o processo. Isso faz com que haja um

473 certo grau de segurança sobre a essência do Código em função de que uma falta de acerto entre o Executivo e o
474 Legislativo sobre esse assunto. Tivemos uma disposição voluntária de quatorze instituições presentes nesse
475 Conselho para compor o Grupo de Trabalho. E muitas dessas instituições não estão tendo a participação orgânica
476 requerida pelo trabalho. Precisáramos ter um cenário melhor do montante que falta, inclusive para
477 dimensionarmos o prazo necessário porque, só poderemos voltar a negociar prazos com o Presidente da
478 Comissão e com os líderes, por que o artigo de urgência está em suspenso em função do Colégio de Líderes, na
479 medida que se dimensione um prazo real, que não possa ser entendido, principalmente pelo Presidente da
480 Comissão, como uma tentativa de adiamento indefinido. Houve um pacto de confiança naquela reunião da
481 Comissão de Saúde e Meio Ambiente que precisa ser mantido entre os interlocutores com toda a complexidade e
482 as diferenças que têm esses interlocutores. Então, é preciso dimensionar qual é o tamanho do trabalho que se tem
483 de conclusão dos assuntos relativos à atualização e modificação do Código para dimensionarmos o tempo
484 necessário. Vamos ter que ver número de partidos e fazer um acordo de divisão de emendas e, obviamente,
485 algumas bancadas terão mais interesse em colocar-se como autores de determinadas matérias que tenham mais a
486 ver com as suas posições. E esse é um trabalho onde a participação do Dep. Eliseu Santos é fundamental, mas a
487 nossa também é. Então, gostaria de, ao mesmo tempo, chamar a atenção para essas questões, de clareamento da
488 condução do processo e plenitude de funcionamento nesta reta final. Nós temos que estar preparados para a
489 possibilidade que esse assunto venha entrar em plenário nesta semana, e temos que estar mais ou menos de
490 plantão para essa possibilidade. Agora, nós não podemos ter, na média, seis ou sete membros, nós precisamos ter
491 os quatorze membros do Grupo de Trabalho. Podemos até rememorar quem são os membros, mas é importantes
492 que os membros do Grupo de Trabalho estejam participando desse processo, e o ideal seria que esse processo
493 fosse discutido antes da entrada em plenário e uma nova reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com a
494 presença dos Deputados com quem aquele acordo foi feito, a partir da proposição original da FAMURS. Se
495 houver uma reunião formal da Comissão de Saúde e Meio Ambiente essas tratativas deverão ser feitas com o
496 Presidente da Comissão, que tem a delegação de representação para isso. Precisáramos reforçar a necessidade de
497 que o Grupo de Trabalho tenha sua composição plena, nessa próxima semana, e que, dimensionando o volume de
498 trabalho que falta, não só em termos da discussão do mérito, mas da forma de encaminhamento e pelas
499 negociações com bancadas, possamos apresentar ao Dep. Eliseu Santos que esse ritual consome mais tempo do
500 que nós teríamos até quarta-feira. Acho que é possível fazer isso, pois ele conhece os trâmites regimentais da
501 Assembléia Legislativa e sabe que isso é trabalhoso. Não poderíamos ter uma posição do Conselho que não
502 fixasse uma proposição de acordo de prazo concreto, porque não vemos possibilidade de sucesso numa
503 negociação que não tivesse o apontamento de um prazo concreto, em função da insistência que consideramos
504 positiva do Deputado em vários aspectos, de garantir a aprovação do Código. É possível que a gente faça o
505 diálogo a partir dessa nova proposição, e obviamente, nós poderíamos propor ao Deputado, como Conselho, mas
506 também poderíamos ter, de maneira combinada, um posicionamento do Presidente da FAMURS, do Presidente
507 da FIERGS, dos dirigentes das instituições que compõem esse Conselho no sentido de fazer com que o Deputado
508 tenha a sensibilidade de trabalhar conosco nesse sentido. Acho que o conjunto dos trabalhos acumulados até o
509 presente momento dão autoridade a essa Comissão de Saúde e Meio Ambiente para propor isso ao Dep. Eliseu
510 Santos e, é mais ou menos nesse sentido que nós gostaríamos de colocar a contribuição da Secretaria, falando em
511 nome do Governo. Há um pressuposto que, a nosso ver, é fundamental nesse processo de confiabilidade entre o
512 Executivo e Legislativo, que é uma afirmação clara, de parte do Poder Executivo, de que quer ver aprovado o
513 Código Estadual de Meio Ambiente e que ele seja o mais atualizado e o melhor possível nesse processo. **Sr.**
514 **Gustavo de Moraes Trindade:** o Secretário havia perguntado o que falta, qual os elementos necessários para a
515 finalização dos trabalhos desenvolvidos, tanto pela Assembléia Legislativa como pelas entidades do CONSEMA
516 que participam desse trabalho. Ainda há algumas questões que precisam ser fechadas no que tange à redação.
517 Alguns conceitos que ainda ficaram para discussão, a questão das penalidades devo apresentar uma proposta de
518 redação e, num segundo momento temos a redação de emendas, que anteriormente nós estávamos trabalhando
519 com a proposta de modificação do Código e agora temos que redigir emendas. **Sr. Alberto Moesch:** estou
520 recebendo agora uma proposta da Fundação, mas ainda tem algumas do DRNR também, o Luiz Felipe e
521 Gustavo entenderam bem o problema das emendas, estamos procurando alterar aquilo que realmente é
522 necessário, porque, às vezes, pode ser importante para uma pessoa e não ser para outra. **Sr. Marco Antônio**
523 **Simon:** quero voltar a manifestar a proposta que nós tínhamos levantado na última reunião do CONSEMA, que
524 seria especificamente colocar o prazo de dois a três meses junto à Assembléia Legislativa, e esse prazo seria, na
525 minha avaliação, mais do que suficiente para fazer uma ótima sistematização e termos a possibilidade de voltar a
526 analisar isso com relativa segurança, dentro do CONSEMA. Então, junto com as proposições que hoje ainda
527 existem na Assembléia Legislativa pudessem voltar, nesse Conselho e poder ser analisado em bloco para depois
528 fazer o trabalho junto aos líderes de bancada, para que pudesse obter a maior segurança possível. Acho que nesse
529 sentido é que temos que procurar trabalhar, e acredito que de dois à três meses, se conseguirmos fazer isso
530 efetivamente, no máximo em agosto nós estamos votando na Assembléia Legislativa esse Código. E há aqueles
531 que podem dizer: “Que eu tenho pretensões que o meu nome apareça antes das eleições”. Está lá, há dois meses

532 no mínimo antes das eleições, e é um tempo necessário mínimo que não atrapalharia o trabalho de algum
533 deputado, que pudesse intervir ou surgir num processo político pessoal. A proposta concreta é que tenhamos de
534 dois a três meses para sistematizar e pelo menos termos de uma a duas reuniões do CONSEMA, pois são 250
535 artigos e daqui nós temos que tirar esse acordo hoje, aprová-lo e daí vamos ter que ter a eficiência e a eficácia
536 aqui no Conselho de uma a duas reuniões, também fecharmos isso, pois não adianta de nada nós estarmos
537 exigindo a retirada ou aumento de prazo na Assembléia Legislativa e depois não cumprirmos o nosso prazo
538 interno. E tem que existir o máximo bom-senso da nossa parte. Seria esta a proposta. **Sra. Carla Maria Pires**
539 **Rangel:** considerando o trabalho que já se faz e que falta fazer, acredito que o prazo mínimo seria de quatro a
540 três meses. **Sr. Presidente:** para informação de todos os conselheiros a Assembléia Legislativa entra em recesso
541 parlamentar a partir de primeiro de julho, por trinta dias, salvo se houver convocação extraordinária. **Sr.**
542 **Antenor Pacheco Netto:** só gostaria de falar em cima dessa questão de solicitar três meses, além de ser perigoso
543 nós não conseguirmos um prazo tão dilatado, ótimo que a gente conseguisse trabalhar com três meses, mas acho
544 que, pela conjuntura colocada, acho perigoso a gente solicitar três meses, tendo em vista que talvez se a gente
545 conseguisse concentrar esforços no trabalho, a gente possa vencer mais rápido, e lembrando que esse ano é um
546 ano eleitoral. Se nós pedirmos três meses vamos estar jogando esse projeto para ser apreciado lá por setembro
547 pela Assembléia Legislativa. Em outubro já tem eleição, e setembro e outubro não são bons períodos até para a
548 própria Assembléia Legislativa trabalhar nisso. **Sr. João Alberto:** considerando o aspecto do recesso que se
549 tinha colocado antes, de buscar um encaminhamento por meio das diferentes entidades, solicitar o aumento de
550 prazo, a minha sugestão é de que se colocasse a proposta até o limite de teto do recesso, com uma convocação
551 aqui do CONSEMA para discutir o produto final dessa Comissão, desse Grupo de Trabalho para que fosse
552 apreciado aqui e pudesse então ter a votação com a aprovação aqui do CONSEMA. E também gostaria de
553 sugerir, a Fundação Zoobotânica para se agregar nesse Grupo de Trabalho. **Sr. Alexandre Bugin:** um
554 esclarecimento: esse Grupo de Trabalho tem condições de funcionar durante o recesso, oficialmente? **Sr.**
555 **Presidente:** sim. **Sr. Marco Antônio Simon:** não sei se posso te responder, Alexandre, mas o Grupo de
556 Trabalho oficialmente é do CONSEMA, e fazendo uma retrospectiva para poder encaminhar. Até o recesso
557 temos 28 dias, alguém aqui acha possível fazermos todas essas considerações que faltam, juntá-las com as que
558 existem na Assembléia Legislativa, voltarmos aqui e termos uma coisa mais ou menos consensuada em 28 dias?
559 Duvido, acho que não. Entra em recesso a Assembléia Legislativa e não estou querendo jogar para setembro, e
560 estou propondo que em agosto está sendo votado na Assembléia Legislativa. E temos um mês até entrar em
561 recesso, e todo o recesso o CONSEMA não pode estar trabalhando, e em conjunto com a Assembléia Legislativa,
562 certamente, embora esteja em recesso. No início de agosto temos tempo, pelo menos, de duas reuniões, no início
563 de agosto entra nesse tempo um grupo pode estar fazendo lobby com líderes de bancada, outro grupo está
564 sistematizando aqui, o plenário do CONSEMA pode estar-se reunindo, no início de agosto entra na Assembléia
565 Legislativa e é votado, não precisa jogar para setembro e outubro, foi esta a manifestação que fiz anteriormente, e
566 é justamente nesse sentido, porque temos que chegar lá com um grupo de líderes, junto à Comissão e dizer que
567 em agosto nós nos comprometemos que o trabalho está pronto aqui, pois senão não adianta nós pedirmos. Se
568 pedimos 15 dias ou meio ano de adiamento, para eles vai ser a mesma coisa, no meu entendimento, e temos que
569 nos comprometer é justamente com isso, e a proposta que estamos apresentando é exatamente essa, que o
570 CONSEMA e o Grupo de Trabalho se comprometa a apresentar à Assembléia Legislativa, no início de agosto, a
571 proposta a ser apresentada. **Sr. Mário Buede Teixeira:** gostaria de ouvir a opinião do Alberto Moesch a respeito
572 de prazos, opinião particular. **Sr. Alberto Moesch:** claro que quanto mais prazo, para quem está trabalhando é
573 bom, e pode se manter as reuniões duas vezes por semana, e daí se pedindo mais prazo tem que se fazer reuniões
574 de duas a três vezes por semana, sem dúvida, e por um lado é bom, mas, por outro lado, o principal já foi
575 resolvido, acho que com boa vontade de interpretação a gente consegue, e mais, com mais prazo, aqui está todo
576 mundo bem intencionado com relação ao Código, mas tu dá mais chance para os maus intencionados, e quem
577 vive Assembléia Legislativa sabe disso. E isso pode depois dar margens para enfraquecer essa tramitação do
578 Código e já o lobby já foi pesado, se não houvesse essa rigidez, no momento que ele sair de pauta esse ano, ele
579 morre de novo, é tranquilo, não tem mais como voltar, pelo que conheço a Assembléia Legislativa. Mas tem o
580 lado positivo e o lado negativo, com relação ao prazo. Se ao menos a gente conseguisse um mês seria bom, três
581 semanas. **Sr. Flavio Lewgoy:** vocês têm trabalhado fora das reuniões, inclusive. **Sr. Alberto Moesch:** para
582 fazer a sistematização e as demais instituições internamente, realmente não se resume a duas vezes por semana lá.
583 A gente sempre pede, a pessoa ou instituição que redige o artigo, internamente ela elabora e trás na próxima
584 reunião para agilizar o processo, aliás sempre foi assim. **Sr. Flavio Lewgoy:** o ideal mesmo é o prazo que o
585 Marco sugeriu, mas acho que nós vamos ser gentilmente, com toda a cortesia, vamos ter uma recusa porque os
586 deputados estavam dispostos, estás lembrado, a dar um mês, e isso esgotando esta semana, esse mês. E agora
587 vamos pedir mais dois meses, quando o próprio Dep. Eliseu Santos estava lá indócil nos bastidores, e não sei
588 qual a razão, e pode ser que ele mude de idéia, em todo o caso, tem que ser um pouco realista. Se de repente eles
589 disserem “não”, vai ficar muito desinteressante. **Sr. Alci Luiz Romanini:** só gostaria de trazer presente aquela
590 proposta que falamos no início, pelas palavras do Jackson e pelas circunstâncias que pude ouvir aqui nessa hora

591 que acompanho o Grupo, parece-me que três semanas seria extremamente prudente, respeitando a colocação do
592 conselheiro, temos a questão do recesso que certamente modificaria alguma coisa. Defendo a idéia de que se
593 ficasse próximo das três semanas, trazendo aqui a palavra do Jackson, que faz parte do Grupo. **Sr. Presidente:**
594 só gostaria de lembrar aos conselheiros dois elementos: o pedido de urgência está vigente, o art. 62 está vigente.
595 Portanto é prerrogativa do autor do pedido, a qualquer momento, se hoje ele resolver pedir urgência o assunto vai
596 à votação hoje. O segundo é que a tradição da Assembléia Legislativa, é de que a última semana anterior ao
597 recesso é uma semana muito tumultuada, pois entram um conjunto de assuntos polêmicos, que estão todos com
598 pedido de urgência, se fazem votações intensivas. E não costuma ser um momento muito favorável para votação
599 de assuntos complexos a última semana anterior ao recesso, porque o dia do recesso está dado, e a Assembléia
600 Legislativa passa a ter um momento de tensionamento muito forte na última semana antes do recesso
601 parlamentar. **Sr. Leonardo Beroldt:** mais sobre os prazos, que tem que se ressaltar sobre isso, para avaliarmos
602 aqui o que é ideal com o andamento do trabalho. E pode perder de vista qual a realidade política com a qual
603 estamos trabalhando. Ou seja, que circunstâncias estamos trabalhando nesse momento na relação com o
604 Parlamento. E o que se percebe pela avaliação e intervenção de vários Conselheiros, é que há uma indisposição
605 por parte do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Dep. Eliseu Santos, de prorrogar esse prazo. Então,
606 temos que avaliar concretamente, do ponto de vista político, essa indisposição do Presidente da Comissão de
607 prorrogar mais ainda o prazo. E quer queira, quer não queira, é uma prerrogativa dele, enquanto Presidente, em
608 colocar isso em apreciação do Plenário para nós. E temos que considerar isso, essa indisposição prévia do Dep.
609 Eliseu Santos, e se o Presidente do CONSEMA já manifestou em intervenção anterior, para nós apreciarmos o
610 tempo necessário que estamos requisitando, temos que ter a exata dimensão do trabalho que precisa ser realizado.
611 Então, as entidades, os membros do CONSEMA que estão hoje trabalhando no aperfeiçoamento dos
612 documentos, do projeto, quer dizer, tem que ter claramente qual é o trabalho que ainda precisa ser realizado, para
613 que se tenha instrumentos, para que o próprio Presidente do CONSEMA tenha a legitimidade de chegar ao Dep.
614 Eliseu Santos e poder expressar a preocupação de ser votado açodadamente o projeto em plenário. Primeiro, há
615 necessidade de que se tenha claro qual é a quantidade de trabalho ainda que resta ser feito, e com isso se tem
616 clareza do tempo necessário. Segundo ponto, foi dito aqui que tem o mês de junho ainda em atividade em
617 plenário, o mês de julho é recesso e volta no mês agosto. Acredito que é difícil convencer o Dep. Eliseu Santos
618 de que vamos jogar este processo para depois do recesso. Isso não custa ser levado ao Dep. Eliseu Santos todas
619 essas preocupações, e me parece que dentro das nossas relações institucionais de poder é perfeitamente factível
620 de demonstrar ao deputado que talvez seja mais viável apreciar o projeto de volta do recesso, em agosto, e o
621 próprio Presidente Langone colocou aqui, pelo momento nervoso que são as últimas sessões antes do recesso, e
622 uma outra coisa que temos que objetivar na reunião do Conselho, de quais são os procedimentos que devemos
623 tomar, no conjunto das entidades membros do CONSEMA, e que devem ser entre segunda e terça-feira
624 próximas. O Prefeito de Marau já tinha manifestado isso, reiterou isso, e considero que é fundamental esse
625 posicionamento da FAMURS e do conjunto dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul de se manifestarem
626 em relação ao Dep. Eliseu Santos assim como aos líderes de bancada da Assembléia Legislativa. E temos que
627 apreciar aqui se o movimento do Presidente do CONSEMA basta para uma articulação com o Dep. Eliseu Santos
628 ou as demais entidades do Conselho também devem se manifestar junto ao Dep. Eliseu Santos e aos líderes de
629 bancada, e isso devemos apreciar rapidamente. **Sr. Alberto Moesch:** Segunda-feira às 9h tem reunião, e vou ter
630 que sair, não tenho poder de voto, mas tu colocaste bem, temos que ser bem práticos nesse sentido, e para que a
631 gente possa resolver esses problemas do CONSEMA, essa tarefa tem que ser concomitante, temos que ficar
632 olhando o que tem que ser alterado, não precisa ficar esperar ficar pronto o trabalho, e dá para agilizar,
633 direcionar, e só se debruçar em cima do trabalho, priorizar, como quem está dentro do grupo está priorizando,
634 está deixando muitos afazeres de lado, sobrecarregando os seus afazeres e só acompanhando o trabalho. A
635 Comissão tem o winchester com o Código atual e com as alterações, e propor alguma coisa, fazer reuniões
636 internas, e acho que daria para fazer esse acompanhamento paralelo. E talvez, estava comentando aqui como
637 Langone, e pode o Dep. Eliseu Santos achar que não deve colocar para depois do recesso, e não deixa de ser
638 perigoso também, pois não sei se haveria interesse dos líderes, depois do recesso, que começa em agosto, a tratar
639 do assunto desse Código, pois há eleições municipais, onde os deputados vão para suas bases, e teria que
640 conversar com o Dep. Eliseu Santos sobre isso, não tenho a resposta, só falando com ele, e teria que haver um
641 novo acerto, do Dep. Eliseu Santos com os líderes para fazer esse certo. Boa-tarde, e bom fim de semana a todos.
642 **Sr. Alexandre Bugin:** queria colocar como referencial, o Pacheco já colocou também, e entendo que esse
643 projeto que vai depender de acordos, e nós sabemos que vão ser por meio de emendas, que poderão ser
644 aprovadas ou não individualmente, como também poderão ter outras emendas, então depende exclusivamente de
645 um acordo geral. E no meu entendimento, se nós passarmos, depois do recesso, para a segunda semana de agosto
646 já entramos em campanhas políticas, e corre o risco desses acordos simplesmente serem negados ou se criar
647 outras dificuldades para se firmar esses acordos. E aí corre o risco de ser retirado de pauta e corre o risco de ser
648 aprovado um projeto que não tenhamos interesse. Por outro lado existe a possibilidade da, e o próprio Secretário
649 colocou, a votação de um projeto desse tipo, na última semana do recesso. Acho que seria talvez uma forma, sem

650 nós entendermos que não dá para ser aprovado na última semana antes do recesso, nós, CONSEMA, sugerir,
651 prazo até o início do recesso e oferecer ao deputado o compromisso de que esse projeto estará pronto, por parte
652 do CONSEMA, para ser aprovado na primeira semana de agosto, nos primeiros dias de funcionamento da
653 Assembléia Legislativa. E tenho a minha convicção que vai ser realmente complicado se passar desse prazo.
654 Acho até que as instituições que estão fazendo parte até do Grupo de Trabalho, até algumas se manifestaram que
655 talvez em um mês conseguiriam fazer, e o período do recesso seria um adicional até para aperfeiçoamento do
656 trabalho. **Sr. Luiz Felipe Kuns Junior;** queria ponderar que talvez tenhamos muita dificuldade, e quem
657 acompanha a Assembléia Legislativa, pode presenciar a dificuldade em se conseguir esse prazo até agora. E me
658 parece que vamos ter muita dificuldade em convencer o deputado para depois do recesso, e muita dificuldade
659 também em manter esse clima de acordo em cima de uma votação consensual que começamos a obter agora.
660 Compreendo que seria muito importante para nós termos mais um mês para conseguir ter uma nova redação, ter
661 mais uma reunião do CONSEMA e poder, com respaldo do CONSEMA sobre o texto, passar para a Assembléia
662 Legislativa, mas notei que isso seja impossível de se obter. Talvez a gente possa trabalhar com prazo de três
663 semanas, e isso daria uma votação, apesar de perigosa, antes do fim do recesso, e é a forma que vejo
664 politicamente plausível de negociação com o deputado. Agora, o desejável, por mim, por estar acompanhando as
665 próprias reuniões lá, o ideal seria que nós tivéssemos um mês, quem sabe dois meses, para se fazer o processo
666 com mais tranqüilidade, mas creio que não teria condições políticas de nós fazermos essa reversão. Então, vamos
667 ter três semanas e o comprometimento de votação ainda antes do recesso. **Sr. Jorge Konrad Pinheiro:** na
668 verdade, realmente a alternativa de fazer a votação no início de agosto deve ser tentada, agora, é importante que
669 tenha o Plano “B”, e a gente não tem 28 dias, a gente tem 26 dias a partir de segunda-feira. E significam em três
670 semanas, na realidade, são quinze dias de trabalho, e significa um plano de trabalho bastante arrojado se quiser
671 manter a meta num certo nível de qualidade e eficiência desse produto que está-se querendo colocar. Ou a gente
672 faz isso ou vamos ter que reduzir um pouco a nossa expectativa sobre o que está-se colocando. O próprio Moesch
673 aventou outras alternativas paliativas que é mudar depois. E acho que temos que ter bem claro o nosso Plano “B”
674 para poder negociar, pois senão ficaria muito complicado apostar numa só alternativa, pois um mês significa não
675 votar nesse semestre. E apostar só nessa alternativa, se não der certo, podemos ter problemas de bússola, de
676 norte, é essa a preocupação. **Sr. Presidente:** nós concluímos as inscrições, aparentemente lá no plenário há um
677 consenso sobre a impossibilidade de ir a votação a matéria na próxima semana, sobre a necessidade de solicitar
678 um adiamento ao Presidente da Comissão. **Sr. Alexandre Bugin:** considerando que vai ser votado na última
679 semana, teríamos 11 dias de trabalho, considerando que temos o feriado. **Sr. Presidente:** precisamos discutir a
680 proposição de prazo necessário e também a forma de tratativa e mobilização para garantir esse encaminhamento.
681 Temos registrado a proposta do Conselheiro Marco, propor de dois a três meses. Proposta apresentada pela
682 FIERGS de quatro semanas, e a proposta apresentada pela FAMURS, de três semanas. Todos mantêm as
683 respectivas sugestões? **Sr. Marco Antônio Simon:** a minha proposta, clareei na segunda intervenção, não é de
684 dois a três meses: que o CONSEMA se responsabilizasse para os primeiros dias, no retorno do recesso,
685 apresentá-lo à Assembléia Legislativa. **Sr. Alexandre Bugin:** se nós entendermos que é viável votar na última
686 semana de recesso, e se não entendemos de votar antes do recesso, que se aproveite o período. **Sr. Presidente:**
687 temos dois grandes blocos: a proposta de quatro semanas já está inviabilizada porque vai dar dentro do recesso
688 parlamentar. Temos a proposta originalmente apresentada pela FAMURS e outras instituições, de três semanas
689 de trabalho, portanto, propor ao Presidente a votação antes do recesso parlamentar. E a proposta apresentada pela
690 conselheiro Marco de que ganhássemos um prazo até o reinício dos trabalhos, hoje em dois meses. **Sr.**
691 **Presidente:** há necessidade de defesa? **Sr. Leonardo Bertoldt:** reiterando algumas ponderações que fiz na outra
692 intervenção, pudéssemos, na negociação com o Dep. Eliseu Santos, também adotarmos o princípio de
693 flexibilidade, ou seja, demonstrar ao deputado uma boa vontade de nossa parte, considerando que faríamos um
694 esforço, quase que sobrenatural, de tentar conseguir que fosse votada antes do recesso, e ao mesmo tempo,
695 manifestando ao Dep. Eliseu Santos uma preocupação nossa de que talvez não seja o momento mais apropriado
696 essa votação, em função das características das questões que precedem. Então, ou seja, manifestando uma
697 vontade de concluir esse trabalho antes do recesso, mais ou menos sinalizando ao Dep. Eliseu Santos que talvez
698 seja da qualidade do trabalho, mais apropriado que fosse apreciado, após o retorno. **Sra. Carla Maria Pires**
699 **Rangel:** se a gente considerar que as quatro semanas vai entrar no meio do recesso, trocaria a minha proposta, e
700 apoiaria da FAMURS. **Sr. Alci Luiz Romanini:** na verdade, seriam duas semanas de trabalho lá e uma semana
701 para trazer a proposta para cá para o CONSEMA fazer uma reunião, e analisar o trabalho que foi feito e retornar,
702 seria esta a proposta. **Sr. Presidente:** temos duas propostas na Mesa. Temos quinze membros, mas um dos
703 membros não está no plenário, a Secretaria de Justiça e Segurança, Cap. Glei. Há necessidade de defesa de
704 propostas? Vamos abrir uma defesa de cada uma das propostas. **Sr. Marco Antônio Simon:** vejo que o
705 CONSEMA tem uma representatividade, quer queira, quer não queira, de toda a sociedade gaúcha na área
706 ambiental. Não vejo antagonismo nenhum, não viria antagonismo nenhum nós tentarmos aceitar que seja votado
707 segundo ou terça-feira ou daqui a onze dias, qual é a grande diferença em termos de mérito nas propostas? Não
708 vejo praticamente nenhum. E quem vai dar quinze dias, não vai deixar de dar trinta, quarenta. Por isso que duas

709 manifestações minhas anteriormente disseram: nós temos, enquanto CONSEMA, enquanto este setor
710 deliberativo, da área ambiental do Rio Grande do Sul colocarmos para os legisladores da necessidade de nós
711 apresentarmos um conjunto de propostas que possa qualificar esse Código, sob pena de uma série de coisas
712 poderem vir a se tornar uma colcha-de-retalhos, a gente corre esse risco. Então, a minha análise é que nós
713 correremos muito mais riscos, querendo apresentar esta proposta para a Assembléia Legislativa no início de agosto
714 e alguém querer chutar o balde e não votar, e querer em duas semanas fazer um milagre e apresentarmos muitas
715 alternativas “em cima das coxas” e não temos que isso seja claro como proposta em cima de um Código. Acho
716 que essa reflexão que temos que procurar levar. Então, a consideração final seria: por que o temor? Vamos ter,
717 como o Konrad colocou, uma carta-na-manga? Podemos até ter isso, mas acho que o Conselho, enquanto
718 Conselho Estadual não pode perder o ponto de vista o ótimo, e qual o ótimo para nós nesse momento? É o
719 mínimo necessário para nós qualificarmos essa proposta. Se não, nada adiantaria estar aqui, de novo, depois de
720 um mês, querendo prorrogar mais o tempo do prazo. Na reunião anterior, quero deixar isso bem claro, já
721 dissemos que o prazo mínimo seria dois a três meses, e, no meu entendimento, no entendimento da nossa
722 instituição foi de que o grupo formado aquele dia já levaria para lá esta proposta. Agora, chega a representação
723 da Assembléia Legislativa e diz que apenas segunda-feira vai ser levada essa preocupação. Poxa vida, tenha pelo
724 menos um mal entendido. Então, acho que é necessário esse tempo mínimo sob pena de nós estar lamentando “a
725 posteriori” uma grande oportunidade de qualificarmos esse projeto em tramitação na Assembléia, mesmo que não
726 seja esse, quero dizer que acho que vale a pena lutar nesse sentido. **Sr. Alci Luiz Romanini:** muito embora não
727 tenha participado das reuniões do Grupo, trago aqui a proposta de um que esteve no Grupo. Pelo que pude ver
728 aqui, o Grupo tem trabalhado exaustivamente com qualidade e vem preencher um vazio que nós temos. A
729 preocupação nossa, que trago aqui, é justamente essa: de se perde, pelo que foi colocado aqui, de não haver
730 condição do que vai-se adotar depois do recesso. E pergunto para os conselheiros: é melhor nós correremos o risco
731 de termos um documento, mesmo se imperfeito, mas votando ele agora, ou então vamos buscar, como disse bem
732 o conselheiro Gustavo, de correr o risco de ter que emendar depois, penso que sou a pessoa menos abalizada para
733 colocar esse ponto de vista técnico no mérito da questão, mas pela necessidade que nós temos, não podemos
734 perder a oportunidade de ter esse documento viabilizado. E também pude perceber aqui que as vontades são
735 extremamente favoráveis, há um clima favorável, em todos os sentidos. E por que não pensar até para uma
736 adaptação posterior, depois de ter sido votado. Então, fica a pergunta: é melhor nós correremos o risco e ter a
737 certeza de vencê-lo agora. **Sr. Presidente:** nós estávamos em período de defesa para fins de votação. De houver
738 proposição de duas novas defesas nós poderemos encaminhar, já com o tratamento igualitário. **Sra. Carla Maria**
739 **Pires Rangel:** imagino que nós devamos ter uma proposta que deverá ser negociada, não sei se estou correta ou
740 não. Nós vamos negociar uma proposta de diferencial, e contar, no primeiro momento, pós-recesso. Acho que
741 seja possível que a gente defenda antes do recesso, mas não votar na semana que vem, a nossa defesa maior é
742 garantir um prazo mínimo para fechar o que está em discussão. **Sr. Jorge Konrad Pinheiro:** com o devido
743 aparte, é essa a minha opinião. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** e é a opinião da Secretaria da Agricultura, já
744 colocada. **Sr. Alexandre Bugin:** vamos dizer que o Dep. Eliseu Santos aprove somente votar antes do recesso, o
745 Grupo de Trabalho esgota o trabalho e entregue o projeto, e por questões do próprio funcionamento da
746 Assembléia Legislativa não é votado na última semana antes do recesso. O Grupo de Trabalho pode formalmente
747 reiniciar o trabalho? **Sr. Presidente:** o Grupo de Trabalho do CONSEMA pode. De fato, toda a negociação com
748 a Comissão de Saúde está-se dando por meio do Dr. Moesch com a participação das bancadas e não com os
749 deputados membros da Comissão. Foi firmado um acordo, na última reunião da Comissão, acordo muito difícil, e
750 a recolocação dessas questões tem uma tratativa forte com o Presidente e que vai envolver o colégio de líderes.
751 Há possibilidade de não-aceitação da proposta do Conselho e de que o 63 seja imediatamente recuperado e se
752 coloque em votação por um artifício regimental. Não posso deixar de manifestar a nossa impressão de que a
753 negociação com o Dep. Eliseu Santos referente à alteração dos prazos, independentemente de antes ou depois do
754 recesso, será muito difícil. Nós, após a aprovação da posição do Conselho, teremos que discutir aqui como
755 conduzir o processo de negociação, se o Conselho pode firmar um posicionamento que vai até o fim, se vai haver
756 a prerrogativa de maleabilidade em função dessa situação delicada, que foi firmado uma decisão, um acordo
757 entre líderes dentro da Comissão a respeito de um prazo e estamos propondo a modificação. Há necessidade de
758 novas defesas? **Sr. Jorge Konrad Pinheiro:** são três propostas. **Sr. Marco Antônio Simon:** na verdade, pelo
759 meu entendimento, só tem uma, agora. **Sr. Jorge Konrad Pinheiro:** a proposta do conselheiro encaminhou para
760 uma proposta de convergência das duas, agora, não sei se há necessidade de votar qual a prioritária, e a
761 Conselheira definiu como prioritária a proposta do Marco. **Sr. Presidente:** temos três propostas apresentadas,
762 não houve retirada de nenhuma das propostas por enquanto. A primeira propõe ao Dep. Eliseu Santos a votação
763 antes do recesso; a segunda propôs logo após o recesso. A proposição da conselheira Carla coincide com a
764 primeira proposta, que é propor votar após o recesso e, se houver o impasse, ceder. Mas isso é uma decorrência
765 que se extrai da forma de negociação. São duas propostas, na verdade. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** então,
766 retomando a nossa reunião, que se discutiu a possibilidade de que as instituições, aqui representadas, elas
767 fizessem a sua manifestação, a sua força de pressão e que foi feito um lobby, no bom sentido, então se a gente

768 partir por essa premissa nós deveríamos tirar como uma deliberação do Conselho aqui, de que o Conselho acha
769 que seria bom a votação vir logo após o recesso para se poder ter todo o período do recesso parlamentar um
770 tempo da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e o próprio Conselho de Meio Ambiente, trabalharem bem essa
771 questão e, ao reinício das atividades parlamentares, ter condições de votar um bom projeto. Então, isso seria uma
772 deliberação de que nós, e isso não foi até consensuado aqui. Essa premissa ou a proposta da FIERGS, da
773 Conselheira Carla, ela parte desse posicionamento que nós deveríamos tomar essa reunião esse posicionamento.
774 Então, acho que seria esse talvez o próprio encaminhamento da reunião, e obviamente é isso uma negociação. **Sr.**
775 **Presidente:** voltamos a situação original. Nós temos duas proposições em plenário. **Sr. Sr. Alci Luiz Romanini:**
776 nós queremos a viabilização do Código, isso é ponto pacífico. A mais racional para nós é que seja votado na
777 primeira semana de agosto, após o recesso. E não sabemos se esse hiato do recesso vai ser benéfico ou maléfico
778 para nós. Teoricamente, não é benéfico, pelo que se viu, mas vamos correr o risco. A proposta seria: primeiro: é
779 possível mandar-se na primeira semana de agosto? O Dep. Eliseu Santos acolhe? Ótimo, não é possível, vamos
780 flexibilizar para o final da semana antes do recesso. Penso que ainda mais, e me permito, se for muito esse prazo,
781 no entender do deputado, penso que se deva flexibilizar mais. E penso que temos que ter esse instrumento na
782 mão. **Sr. Jorge Konrad Pinheiro:** apenas um comentário adicional. Essa questão estratégica parece haver um
783 consenso entre nós. Quanto ao grau de flexibilização isso é uma característica bem própria do negociador, que
784 está lá representando o CONSEMA que obviamente vai ter que ser bastante duro na negociação para realmente
785 ceder o mínimo possível. Acho que as proposições estão convergindo para uma proposta única e talvez
786 pudéssemos partir para a unanimidade. **Sr. Marco Antônio Simon:** gostaria de acrescentar que se o CONSEMA,
787 enquanto instituição representativa chegar na Assembléia Legislativa e mostrar que vamos ter a mínima condição
788 de qualificarmos, certamente vai ser muito mais fácil, para o próprio Dep. Eliseu Santos como todos os líderes de
789 bancadas aceitar isso. Se mostrarmos que isso será viável e que também vamos cumprir esse acordo de
790 cavalheiros, dificilmente, tanto o Dep. Eliseu Santos quanto os líderes, quanto toda a Assembléia Legislativa vai-
791 se negar a ampliar esse prazo, e é nisso que o CONSEMA, enquanto instituição, pode apostar. **Sr. Presidente:**
792 houve unificação de propostas, então? **Sr. Mário Buede Teixeira:** parece-me que no processo de negociação
793 temos uma proposta clara, mas não externar uma alternativa de ceder. **Sr. Presidente:** temos uma confluência de
794 posicionamentos. Vamos propor ao Presidente que seja feita a apreciação pela Assembléia Legislativa na
795 primeira semana de agosto, que seja mantido até lá, e suspenso o pedido de urgência. **Sr. Marco Antônio**
796 **Simon:** que o CONSEMA estaria, no dia 01-08-2000, terça-feira, no máximo, entregando a proposta final do
797 Conselho Estadual em mãos na Assembléia Legislativa, é uma questão clara. **Sr. Alexandre Bugin:**
798 acrescentando um pouco, acho que temos que apresentar uma proposta clara dizendo que vão haver tantas
799 reuniões de trabalho, tais e tais dias, na reunião ordinária do CONSEMA do dia tal do mês de julho será
800 aprovada a proposta do CONSEMA e será entregue até o dia 30 de julho, e isso significa que estamos sendo
801 objetivos. **Sr. Valtemir B. Goldmeier:** tem que ficar claro que estamos buscando o consenso e que esse trabalho
802 que vai ser feito e já está sendo feito pelo CONSEMA junto com a Assembléia Legislativa, o trabalho que
803 estamos fazendo é em conjunto, na verdade, aquele trabalho que está sendo feito lá na Assembléia Legislativa vai
804 ser o nosso também, quer dizer, não vamos apresentar uma nova proposta, isso tem que ficar bem claro. **Sr.**
805 **Presidente:** fica essa deliberação. Agora devemos passar ao patamar de flexibilização possível do Conselho, ou
806 seja, o desenho dos cenários, proposição sobre como tratar isso. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** tem que deixar
807 ao Grupo de Trabalho e a Presidência do CONSEMA total liberdade para fazer essa negociação, que é uma
808 negociação difícil, e vamos com uma proposta, e vai-se negociar o que for possível na Assembléia Legislativa,
809 pois corremos o risco sério da proposta ser votada na quarta-feira. A negociação vai inclusive tentar fazer com
810 que a proposta não seja votada na quarta-feira como se prevê acertado, e o acordo político foi montado, e acho
811 que temos que delegar a flexibilização que for necessária, e não podemos chegar ao ponto de ser detida a
812 discussão, pois se inviabilizaria a própria tramitação depois na Assembléia Legislativa, como o Presidente falou,
813 e cada dia que nós ganharmos, é importante, é esta a proposta. **Sr. Mário Buede Teixeira:** parece-me que nesse
814 período em que o Presidente da Comissão eventualmente solicite para tomar a decisão, o Grupo de Trabalho vai
815 continuar trabalhando, sem qualquer interrupção, sem prejuízo dos trabalhos. **Sr. Marco Antônio Simon:**
816 apresentei a proposta da questão de 60 dias, e duas reuniões do CONSEMA. Nesse sentido, poderia ter um
817 calendário paralelo, das reuniões própria que fosse no dia 30 de junho e dia 21 de julho do CONSEMA para
818 analisar o geral, ou que façamos dois dias seguidos depois, para analisar tudo, que acho bastante pesado. E, nesse
819 meio tempo, do dia 21 de julho teria mais nove dias para sistematizar e fazer a redação final, e nesse meio tempo
820 o Grupo de Trabalho estaria informando o plenário com documentos, com propostas e vice-versa, inclusive junto
821 ao calendário da própria Assembléia Legislativa das reuniões da Comissão. **Sr. Presidente:** vamos tratar então
822 de quem será responsabilizado por conduzir a negociação. **Sr. Eberson José Thimmig Silveira:** será que em
823 duas sessões do CONSEMA se consegue analisar esse tema? **Sr. Presidente:** o CONSEMA terá a flexibilidade
824 necessário, e se for necessário nós vamos fazer tantas reuniões quantas forem julgadas pelo Conselho. **Sr.**
825 **Antenor Pacheco Netto:** para agilizar os conselheiros têm que receber antes o material já produzido. **Sr.**
826 **Presidente:** temos um Grupo de Trabalho que está delegado para fazer o trabalho mais bruto e trazer os assuntos

827 mais importantes, preferencialmente já consensuados e relatados. **Sr. Ebersson José Thimmig Silveira:** falo isso
828 já com experiência no último trabalho aquele, que o trabalho foi mastigado pelo grupo e veio ao plenário e não se
829 conseguiu terminar na reunião, e acho que a pauta era muito mais curta que essa que vai ser analisada. **Sr.**
830 **Presidente:** nós podemos ter um impasse e por isso tem que se colocar aqui que o grau de flexibilização possível
831 a manter-se a mesma posição do Dep. Eliseu Santos, na reunião da Comissão, vários aqui não estavam lá, nós
832 podemos ter um impasse que force a votação na próxima semana. Se isso acontecer, vamos tentar chamar em
833 caráter totalmente extraordinária uma reunião no Conselho para avaliar, mas podemos inclusive vir a reunir
834 depois da aprovação na Assembléia Legislativa, porque o pedido de urgência coloca o assunto em pauta
835 obstruindo todas as demais pautas, e essa é uma prerrogativa que está na mão do Deputado proponente. Se o
836 Deputado proponente não considerar que há acordo sob nenhuma das alternativas propostas, ele, a partir da
837 terça-feira, tira o pedido de urgência, e a urgência do Código passa a trancar a pauta. Se a Assembléia
838 Legislativa não avalia nenhum outro projeto que não esse, pois esse obstruiu a pauta, pelo menos que seja
839 retirado o pedido de urgência pelo autor. Então, em casos desse tipo, nós podemos ter que convocar inclusive por
840 telefone uma reunião extraordinária. Nós só conseguimos o acordo em torno desse prazo de trinta dias, pois
841 coincidia com a Semana do Meio Ambiente. Então, há uma insistência muito forte do Deputado, que convenceu-
842 se naquele momento, em função da data comemorativa. Deveremos tratar então da Comissão responsável pela
843 negociação, em nome do Conselho. Aberto para proposições. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** proporia que a
844 Comissão seja o próprio Grupo de Trabalho que está acompanhando mais a presença do Presidente do
845 CONSEMA, e solicitar que os membros do Conselho apareçam nas reuniões, não para negociar, mas dentro do
846 próprio Grupo de Trabalho e nas reuniões de trabalho se verifique quais as entidades que vão negociar, que dê-se
847 liberdade ao próprio Grupo lá. **Sr. Presidente:** acho que é muito importante que essa Comissão seja discutida
848 aqui, não tivemos nenhuma reunião do Grupo de Trabalho com quorum pleno, aliás, a maior parte das reuniões
849 do Grupo de Trabalho teve quorum inferior a 50%, e é necessário que essa Comissão retrate a pluralidade desse
850 Conselho de maneira que ela tenha autoridade política para proceder a negociação. **Sr. Marco Antônio Simon:**
851 poderia nominar de novo as entidades do Grupo de Trabalho? **Sr. Presidente:** CEA, Comitês de Bacias
852 Hidrográficas, FAMURS, FARSUL, FIERGS, DRNR, FEPAM, Secretaria da Saúde, SEMA, Sociedade de
853 Engenharia, Coordenação e Planejamento, Justiça e Segurança, Obras Públicas e Saneamento. **Sr. Alexandre**
854 **Bugin:** só queria fazer uma retificação: Os Comitês de Bacias foi condicionado a nós conseguirmos indicar um
855 representante, pois nós dois, não tínhamos condições, e não tivemos o retorno. Estamos ausentes por não
856 conseguir o retorno. **Sr. Presidente:** se formos com uma Comissão de órgãos do Governo negociar com o Dep.
857 Eliseu Santos não vai haver sucesso na negociação. **Sr. Leonardo Bertoldt:** proporia que além da FEPAM e do
858 Presidente, que coincide com uma função de Secretário de Estado, portanto está representando o conjunto dos
859 órgãos do Governo, que mais duas entidades deste Conselho se juntem a esta Comissão. **Sr. Luiz Felipe Kunz**
860 **Júnior:** que a FIERGS pudesse fazer parte, a FAMURS, talvez o representante das universidades, para que seja
861 uma Comissão plural, e talvez um representante das Organizações Não-Governamentais. **Sr. Mário Buede**
862 **Teixeira:** nós não havíamos nos proposto a participar do Grupo por absoluta impossibilidade, mas diante dessa
863 situação nós nos colocamos à disposição para fazer parte do Grupo, mas nessa condição, de apenas negociar. **Sr.**
864 **Presidente:** a proposição é a Presidência, FIERGS, Universidades, ONGs. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** sugiro
865 uma representatividade dentro da própria Assembléia Legislativa a FARSUL. **Sr. Presidente:** a FARSUL está
866 ausente da reunião. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** nada impede que a gente indique. **Sr. Presidente:** fica o
867 Conselheiro professor Mário para representar as universidades. **Sr. Marco Antônio Simon:** até por ter
868 participado já do Grupo de Trabalho no Estado, nós certamente concordaríamos, e indicariamos a AGAPAN. **Sr.**
869 **Presidente:** o prof. Lewgoy, antes de sair, manifestou à Presidência que a AGAPAN acata todas as definições do
870 nosso plenário. A Comissão ficaria: a Presidência, FIERGS, FAMURS, FARSUL, Universidades (PUC),
871 AGAPAN. No final da reunião combinaríamos aqui o procedimento e aí colho a opinião do Dr. Gustavo em
872 relação as combinações. Estaria combinado que haverá uma apresentação dos trabalhos, até seu último nível de
873 avanço, na terça-feira. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** todos os trabalhos que foram desenvolvidos na
874 Comissão tinham um entendimento de que estaria propondo modificações, alterando artigos do Código. Agora,
875 que com a manifestação do Dr. Alberto Moesch, ficamos sabendo que não são necessárias emendas, num
876 trabalho muito maior que estávamos fazendo até aquele momento. A alteração e elaboração de emendas é um
877 trabalho bem mais demorado e bem mais dispendioso de tempo do que nós teríamos que realizar. O que se tem
878 proposto é que há uma série de assuntos que ainda estão sendo debatidos, como, por exemplo, a questão do
879 gerenciamento costeiro que foi se definindo, e teve uma explanação na última quinta-feira, e na sexta-feira vai ser
880 apresentada uma redação, a exemplo da própria FAMURS entende que é necessário agregação do projeto. **Sr.**
881 **Presidente:** há encontro da Comissão com o Presidente? **Sr. Marco Antônio Simon:** não. **Sr. Presidente:** esse
882 questionamento é para que nós definamos aqui qual é o melhor momento de conversar com o Presidente. **Sr.**
883 **Gustavo de Moraes Trindade:** não se teria uma definição de encontro com o Presidente da Comissão. **Sr.**
884 **Presidente:** mas a Assembléia Legislativa, pelo que sabemos, está trabalhando com a hipótese de colocar em
885 plenário na quarta-feira o projeto. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** tivemos hoje com o Deputado Beto e com

886 o Dr. Moesch e foi de realizar na terça-feira, só que seriam descritas as emendas, e somente no final seria
887 possível um encontro como deputado. Mas, no meu entender, o quanto antes buscar o Dep. Eliseu Santos para
888 falar, creio que é mais interessante para a gente e mesmo assim a gente pode dizer que há esse grupo que está
889 tratando aqui, e há um grupo que continua trabalhando, não parou de trabalhar para tentar fazer a adequação
890 disso. **Sr. Presidente:** significa que os membros do grupo de trabalho do Conselho, que tem papel determinante
891 no trabalho da segunda-feira, devem tornar mais lento e mais difícil as conclusões deste trabalho. **Sr. Gustavo de**
892 **Moraes Trindade:** e colocar em votação, na reunião do grupo não tem-se como ter uma certeza e concluir os
893 trabalhos. **Sr. Presidente:** a minha sugestão seria que nós fizéssemos o acompanhamento dos trabalhos na
894 segunda-feira, que nós comunicássemos e conversássemos com o Dr. Moesch sobre a resolução do Conselho
895 antes, a opinião do Dr. Moesch pode ser decisiva nesse processo e que nós conversássemos com o Presidente na
896 terça-feira, e aí teremos que combinar a agenda comum. Em geral a Assembléia Legislativa é mais favorável pela
897 manhã, pois à tarde há sessão plenária. **Sr. Alexandre Bugin:** se deixar para tarde, ele vai poder ter a noção de
898 como está o avanço do trabalho, e se ele notar que já tiver avançado o trabalho do grupo, estando pronto, é mais
899 difícil. **Sr. Leonardo Bertoldt:** além desse ponto com o deputado, que outras ações podem, devem ser tomadas
900 nesse sentido? Estou querendo resgatar, o Prefeito já havia manifestado isso, ou seja, uma pré disposição das
901 Associações dos Municípios de se manifestarem junto ao Dep. Eliseu Santos e junto aos líderes de bancada, e
902 essa posição, convergente com a posição do CONSEMA, e quero entender que se além disso, algum outro
903 movimento deve ser tomado, ou seja, se basta uma posição do CONSEMA ou se todas as entidades representadas
904 no CONSEMA também devem se manifestar junto aos líderes de bancada e junto ao Dep. Eliseu Santos. **Sr.**
905 **Presidente:** creio que sim, parece que houve consenso em relação a isso. A partir de segunda-feira as entidades,
906 isoladamente, comunicando sua preocupação ao Presidente em relação a isso. **Sr. Marco Antônio Simon:** e
907 solicitando respeitar o pedido oficial do CONSEMA, pois senão, cada um vai fazer um pedido separado, então,
908 seriam respeitando-se as decisões da reunião do CONSEMA de 02-06-2000. **Sr. Presidente:** nós vamos
909 preparar, na forma de uma resolução escrita, formal o que for decidido aqui para apresentar formalmente como
910 instituição ao Dep. Eliseu Santos, fazer a entrega ao deputado. **Sr. Marco Antônio Simon:** a preocupação nesse
911 sentido, Langone, é que cada um vai para o seu local agora, se unifique uma linguagem para individualmente
912 estar sendo remetido esse pedido de ampliação do prazo. **Sr. Leonardo Bertoldt:** unificar a linguagem para que
913 o representante conselheiro da FAMURS possa unificar isso com as Associações dos Municípios, e que cada um
914 dos membros conselheiros façam isso junto as suas entidades, e estou propondo o prazo de terça-feira pela
915 manhã essas manifestações cheguem à Assembléia Legislativa e sejam dirigidas ao Presidente da Comissão e
916 aos líderes de bancada, e cópia das manifestações sejam encaminhadas à Presidência do CONSEMA, para que a
917 Presidência do CONSEMA de como estão-se encaminhando isso. **Sr. Mário Buede Teixeira:** o Conselho vai
918 gerar uma recomendação, então? **Sr. Presidente:** inclusive aprovar-se de uma forma de resolução, ele solicita ao
919 Presidente da Comissão, ele não determina, solicita à Assembléia Legislativa uma atenção especial ao assunto e
920 um prazo maior. **Sr. Mário Buede Teixeira:** a resolução tem mais peso do que a recomendação? **Sr.**
921 **Presidente:** a resolução é uma decisão do Conselho, o Conselho é resolutivo na sua instância. **Sr. Mário Buede**
922 **Teixeira:** mas ele poderia fazer uma recomendação ou eventualmente uma moção das naturezas que vão ser
923 gerada pelo Conselho. **Sr. Presidente:** no nosso entendimento a resolução, dos instrumentos, o mais forte.
924 Concluímos os trabalhos, solicitamos a todos que fiquem de sobreaviso sobre o assunto, podemos ter que ativá-
925 los extraordinariamente, é muito importante que os membros da Comissão acompanhem o trabalho de segunda-
926 feira e também reforçamos a necessidade desse contato com a Comissão. Agradecemos presença de todos,
927 renovamos o convite para o nosso Encontro no Jardim Botânico no domingo à tarde. Nada mais havendo a tratar,
928 declaro encerrados os trabalhos da presente Reunião às 17h35min.

Participantes da vigésima quinta Reunião Ordinária do CONSEMA, realizada em
02/06/00

Claudio Orlando Liberman
IBAMA

Marco Antônio Simon
ASEPAN

Augusto Schrank
Centro de Biotecnologia RS

Flavio Lewgoy
AGAPAN

Leonardo Beroldt
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Mário Buede Teixeira
Instituição Universitária Privada

Jorge Konrad Pinheiro
Secretaria de Coordenação e Planejamento

Eberson José Thiming Silveira
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Alexandre Bugin
Comitês de Bacias Hidrográficas

Ricardo Litwinski Süffert
Comitês de Bacias Hidrográficas

Antenor Pacheco Netto
Secretaria de Obras Públicas e Saneamento

Maurício Vieira de Souza
CLEPEI

Marta Marchiori. Dias
Secretaria de Desenvol. Assuntos Internacionais

Carla Maria Pires Rangel
FIERGS

Sr. Luiz Felipe Kunz Junior
DRNR

Cap. Glei Porciúncula Neis
Secretaria da Justiça e Segurança

Francisco Fuchs
FARSUL

Nilvo Luiz Alves da Silva
FEPAM

Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone
Secretaria do Meio Ambiente